



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

# **Relatório de Gestão e Contas**

**do**

# **Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial**

# **2015**



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

### Índice

Lista das principais abreviaturas .....	3
1. Introdução .....	4
2. Enquadramento .....	4
3. Apreciação sumária dos resultados alcançados .....	7
4. Candidaturas apresentadas ao Fundo e sua apreciação .....	9
4.1. Apreciação sumária .....	9
4.2. Distribuição Geográfica .....	10
4.3. Distribuição por Entidades .....	11
4.4. Análise qualitativa .....	12
4.5 Contratos .....	16
5. Sistema de Informação de Gestão do Fundo .....	24
6. Análise Orçamental, Económica e Financeira .....	25
6.1. Análise Orçamental .....	25
6.1.1. Execução do Orçamento.....	25
6.1.1.1. Saldos Orçamentais .....	26
6.1.2 - Receita .....	27
6.1.3 - Evolução da Receita.....	28
6.1.4. Despesa .....	29
6.1.5 - Evolução da Despesa .....	31
6.2- Análise dos fluxos de caixa .....	32
6.3. Análise da situação Económica e Financeira .....	34
6.3.1 – Balanço .....	34
6.3.2 – Demonstração de Resultados.....	37
7. Síntese conclusiva.....	39

24



## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

### Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2015).....	9
Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas apresentadas por Ministério (2015).....	9
Quadro 2 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito-2015 .....	10
Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades – 2015 .....	11
Quadro 4 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades (2009-2015) .....	11
Gráfico 3 - Distribuição das candidaturas por grupos de entidade e anos .....	11
Quadro 5 - Evolução da apreciação das candidaturas (valores acumulados) .....	12
Quadro 6 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2015).....	12
Quadro 7 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2015).....	14
Gráfico 4 - Decomposição das candidaturas apresentadas .....	15
Quadro 8 - Candidaturas aprovadas e contratos assinados (2009 a 2015).....	16
Gráfico 5 - Comparticipação financeira aprovada, montante contratualizado e montante pago por ministério (2009-2015).....	16
Gráfico 6 - Comparticipação financeira aprovada, montante por contratualizar por ministério (2009-2015).....	17
Quadro 9 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2015) .....	18
Quadro 10 – Contratos de financiamento assinados em 2015 .....	19
Gráfico 6 - Comparticipação financeira contratualizada e pagamentos efetuados.....	20
Quadro 11 - Ponto de situação dos contratos não executados .....	21
Quadro 12 – Candidaturas com encargos plurianuais .....	22
Quadro 13 – Contratos de financiamento assinados em 2015 .....	23
Quadro 14 – Execução Orçamental.....	25
Quadro 15 – Saldos Orçamentais .....	26
Quadro 16 – Receita e Despesa.....	26
Quadro 17 - Execução da Receita.....	27
Quadro 18 – Evolução da Receita (2013-2015).....	28
Quadro 19 - Execução da Despesa .....	29
Quadro 20 – Evolução da despesa 2013-2015 .....	31
Gráfico 8- Evolução da despesa - 2013 a 2015.....	31
Quadro 21 - Fluxos de Caixa .....	32
Quadro 22 - Fluxos de Caixa .....	33
Quadro 22 – Balanço (2015-2014).....	34
Quadro 23 - Acréscimos de proveitos- Juros de CEDIC .....	35
Quadro 24- Acréscimos de proveitos-Princípio onerosidade, Cedências e Alienação de imóveis .....	35
Quadro 25 – Demonstração de resultados (2014-2015).....	37

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL****Lista das principais abreviaturas**

<b>ADE</b>	Administração Direta do Estado
<b>AIE</b>	Administração Indireta do Estado
<b>AL</b>	Administração Local
<b>ACSS</b>	Administração Central do Sistema de Saúde, IP
<b>ATA</b>	Autoridade Tributária e Aduaneira
<b>DGLAB</b>	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
<b>DGPC</b>	Direção-Geral do Património Cultural
<b>DGPRM</b>	Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
<b>DGTF</b>	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
<b>DIE</b>	Direção de Infraestruturas do Exército
<b>DRAP Alentejo</b>	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
<b>DRAP Algarve</b>	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
<b>DRAPLVT</b>	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
<b>DRAPN</b>	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
<b>DRCN</b>	Direção Regional de Cultura do Norte
<b>EPE</b>	Entidades Públicas Empresariais
<b>ESPAP</b>	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
<b>FRCP</b>	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>IGF</b>	Inspeção Geral de Finanças
<b>INIAV</b>	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
<b>INFARMED</b>	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos Saúde, IP
<b>IPDJ</b>	Instituto Português do Desporto e Juventude
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna
<b>MAM</b>	Ministério da Agricultura e do Mar
<b>MAOTE</b>	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e Energia
<b>MDN</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>ME</b>	Ministério da Economia
<b>MEdu</b>	Ministério da Educação
<b>MCTES</b>	Ministério Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>MF</b>	Ministério das Finanças
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça
<b>MNE</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>MTSSS</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>OS</b>	Órgãos de Soberania
<b>PCM</b>	Presidência do Conselho de Ministros
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>SGMEC</b>	Secretaria-Geral do Ministério da Educação e da Ciência
<b>SGMF</b>	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
<b>SGMTSSS</b>	Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>TC</b>	Tribunal de Contas
<b>UGP</b>	Unidade de Gestão Patrimonial

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL****1. Introdução**

O presente documento constitui o relatório de gestão e contas do Fundo relativo ao ano de 2015, em cumprimento do disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 293/2009, de 24 de Março, que determina ainda que o mesmo deverá ser presente ao Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, após parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

Este é um documento que evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando, também, o progresso das principais atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o ano de 2015, atentos os objetivos e ações definidos no respetivo plano de atividades.

**2. Enquadramento**

No contexto da reabilitação e conservação dos imóveis do Estado e dando cumprimento a uma das diretivas do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008, de 24 de Outubro, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de Janeiro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 66-B/2013, de 31 de dezembro, no âmbito do Ministério das Finanças, o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, que tem por objeto e finalidade o financiamento das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

Do ponto de vista da organização administrativa, o Fundo reveste a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, regendo-se a sua atividade em observância com o estabelecido no regulamento de gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de Março.

Nos termos do regulamento de gestão, o financiamento é a fundo perdido, podendo atingir 80% do custo estimado da operação de intervenção e nas situações de obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização, essa percentagem poderá ser de valor superior.

As condições de atribuição e suspensão do financiamento pelo Fundo, bem como os demais direitos e deveres das partes, constituem o objeto do contrato de financiamento.

Para o efeito, estão abrangidos pelo financiamento os imóveis que se encontrem afetos ao funcionamento de serviços públicos, não contemplando, porém:

- Os imóveis classificados da propriedade do Estado não afetos ao funcionamento de serviços públicos;
- Os imóveis da propriedade do Estado utilizados pelas entidades a favor dos quais reverta integralmente o produto da alienação e oneração do património do Estado;
- As obras de conservação ou beneficiação que sirvam apenas para modernização das instalações;
- As obras em imóveis disponíveis para alienação;
- As operações de intervenção cujo orçamento global seja inferior a 100.000€, salvo obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

Deste modo, são beneficiários de financiamento do Fundo os serviços utilizadores dos imóveis do Estado que apresentem a respetiva candidatura, devendo, no entanto, os aludidos projetos estar enquadrados no âmbito dos planos de conservação e reabilitação relativos aos imóveis que lhe estão afetos, elaborados em cumprimento do disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado.

Neste contexto, importa desde já referir que se encontra cometido às Unidades de Gestão Patrimonial o papel fulcral na atividade do Fundo, competindo-lhes a apresentação à Comissão Diretiva das candidaturas elaboradas pelos serviços, após apreciação, validação da informação e sua hierarquização, bem como de acordo com as prioridades que lhe sejam atribuídas.

Por outro lado, no caso das candidaturas aprovadas e cujo contrato de financiamento já tenha sido celebrado, cabe às UGP efetuar o seu acompanhamento e aferir do cumprimento do projeto de execução da obra, nas várias fases e informar a Comissão Diretiva, tendo em vista o desembolso da comparticipação financeira.

As operações materiais de fiscalização e acompanhamento da obra são reduzidas à elaboração de um auto.

O órgão de gestão do Fundo é a respetiva Comissão Diretiva, constituída em conformidade com o Decreto-Lei n.º24/2009, de 21 de Janeiro, sendo presidida pela Senhora Dr.ª Elsa Roncon Santos, Diretora Geral do Tesouro e Finanças e os restantes membros, nomeados pelos Despachos n.ºs 510/15, de 10 de abril e 221/13, de 31 de janeiro, da então Secretária de Estado do Tesouro:

- Eng. Bernardo Xavier Alabaça, Subdiretor-Geral da Direção-Geral do Tesouro e Finanças
- Dr.ª Graciete da Conceição Pires Tomás Calejo Pinto, assessora principal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças<sup>1</sup>

A Comissão Diretiva é responsável por assegurar as relações do Fundo com o Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial e com as unidades de gestão patrimonial, com os serviços utilizadores dos imóveis e com a DGTF, bem como apreciar, hierarquizar e aprovar as candidaturas apresentadas e proceder ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

No ano de 2015, foram realizadas vinte e sete reuniões da Comissão Diretiva das quais foi lavrada ata, para apreciação dos assuntos que competem a este órgão. Os temas apreciados nas referidas reuniões incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, às decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda à gestão e programação financeira do Fundo.

No âmbito das matérias apreciadas, identificam-se os seguintes pontos:

- Apreciação e aprovação da reaplicação de verbas de CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo e ainda da retenção dos respetivos juros;
- Apreciação e aprovação da proposta de aplicação em despesa efetiva do saldo de gerência de 2014 em CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo;
- Reapreciação e aprovação do montante a financiar de vinte e oito candidaturas apresentadas pela Polícia de Segurança Pública (3), Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (4), Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (1), Direção

<sup>1</sup> Cessou funções em 01-01-2016 por motivo de aposentação



FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

de Infra-Estruturas do Exército (1), Secretaria- Geral do MEC (1), Autoridade Tributária e Aduaneira (1), Secretaria-Geral do MF (1), Administração Central do Sistema de Saúde (1) Centro Hospitalar do Oeste (2), Autoridade para as Condições do Trabalho (1), Casa Pia de Lisboa (2), Secretaria-Geral do MTSSS (1); Direção-Geral do Património Cultural (3), Direção Regional da Cultura do Norte (1), Biblioteca Nacional de Portugal (3), Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (1), Secretaria-Geral da PCM (1).

- Cancelamento/Desistência de candidatura apresentada pela Autoridade para as Condições do Trabalho (1) e não dar continuidade ao processo de apreciação e hierarquização das candidaturas apresentadas pela Direção de Infra-Estruturas do Exército (11), e Força Aérea (6) e Marinha (2);
- Apreciação e autorização dos pedidos de pagamento apresentados pelas entidades, bem como autorização dos respetivos processamentos de despesa: Polícia de Segurança Pública, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Administração Central do Sistema de Saúde, Direção de Infra-Estruturas do Exército, Secretaria-Geral do MF, Casa Pia de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Direção-Geral do Património Cultural, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P e Secretaria-Geral da PCM, na sequência dos contratos de financiamento celebrados;
- Aprovação de 16 contratos de financiamento, relativamente às candidaturas apresentadas pela Polícia de Segurança Pública (2), Direção de Infra-Estruturas do Exército (1), Autoridade Tributária e Aduaneira (1), Secretaria-Geral do Ministério das Finanças (1), Casa Pia de Lisboa (2), Biblioteca Nacional de Portugal (3), Direção-Geral do Património Cultural (3) Direção Regional da Cultura do Norte (1), Secretaria Geral da PCM (1) e Administração Central do Sistema de Saúde (1);
- Aprovação de 9 aditamentos aos contratos de financiamento celebrados, com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa em 28 de Junho 2012, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (4 contratos de 28 de Junho de 2012), Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (contrato n.º 4/2013, de 5 de julho), Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (contrato n.º 17/2014, de 11 de dezembro), Secretaria Geral do Ministério das Finanças/Direção Geral do Tesouro e Finanças (Contrato n.º 8/2015, de 8 de setembro) e Casa Pia de Lisboa (Contrato n.º 01/2015, de 03 de junho);
- Apreciação de transição de processos no contexto do fecho orçamental de 2014;
- Apreciação e aprovação do plano de atividades para 2015;
- Apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas respeitantes ao ano económico de 2014;
- Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2014;
- Apreciação e aprovação dos relatórios da execução orçamental respeitantes a 2015;
- Aprovação da proposta de orçamento do Fundo para 2016;

### 3. Apreciação sumária dos resultados alcançados

A atividade desenvolvida em 2015, integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se revelaram bastante satisfatórios, encontrando-se sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

Verificou-se um avanço positivo em 2015, quer no ritmo de apreciação e decisão das candidaturas, quer na sua contratualização, tendo sido celebrados 25 contratos de financiamento, dos quais 9 são contratos de aditamento a 7 contratos assinados em anos anteriores e 2 a contratos assinados em 2015. Assim, foram contratualizadas 16 candidaturas das quais 3 correspondem a candidaturas entradas em 2010, 4 de 2013, 8 de 2014 e 1 de 2015, permanecendo no final de 2015 um universo de apenas 22 candidaturas por contratar.

Cabe ainda mencionar, relativamente às 22 candidaturas aprovadas e ainda não contratualizadas, que se prevê assinar em 2016 contratos relativos a 10 candidaturas, sendo 1 no âmbito do MAI, 2 do MS, 2 MTSSS e 5 da PCM/MC, uma vez que foram consideradas no orçamento para a 2016.

Não obstante, a melhoria referida, continuaram ainda a persistir algumas dificuldades na contratualização das demais candidaturas aprovadas, justificadas pelas restrições orçamentais adotadas e que têm reflexo nas disponibilidades dos serviços beneficiários para assegurar a cabimentação orçamental da sua responsabilidade. Por outro lado, há, também, aspetos de natureza processual e administrativa, relacionados essencialmente com a morosidade dos procedimentos de contratação pública e, ainda, na obtenção das autorizações prévias através da aprovação e assinatura da respetiva portaria de extensão de encargos, atendendo a que algumas das intervenções propostas envolvem encargos plurianuais.

À semelhança do que tem sucedido consecutivamente desde 2013, voltou a registar-se uma variação positiva ao nível da execução financeira, sendo que o volume total de financiamento do Fundo, ascendeu a 3.331,7 milhares de euros contra os 2.813 milhares de euros que haviam sido executados no ano anterior.

Apesar do aumento da execução financeira, manteve-se o desfasamento entre o valor contratado e o executado, motivado, essencialmente, por dois dos contratos envolverem encargos plurianuais a repartir pelos anos de 2015 e 2016 e, pelas dificuldades de natureza processual e administrativa, relacionadas com os procedimentos de contratação pública.

O avanço bastante positivo verificado em 2015 é, em grande medida, justificado pela continuidade das ações de divulgação do Fundo junto dos diversos serviços e organismos públicos e, ainda, ao nível da articulação com as UGP e os respetivos serviços beneficiários, por um acompanhamento mais intenso visando agilizar procedimentos e esclarecimentos de dúvidas no âmbito da operacionalização das candidaturas.

É ainda de salientar que a receita arrecadada em 2015 no montante de 6.893,8 milhares de euros, proveniente de juros, da alienação e arrendamento de bens imóveis do Estado, da implementação do princípio da onerosidade, foi suficiente para fazer face ao volume de pagamentos a efetuar aos serviços beneficiários e decorrentes dos contratos celebrados, que ascendeu a 3.331,7 milhares de euros.

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

Refira-se ainda que foram introduzidas melhorias e aperfeiçoamentos na gestão operacional do Fundo sobre as candidaturas recebidas, analisadas e aprovadas, relativas a operações de recuperação, reconstrução e conservação dos imóveis de propriedade do Estado, conduzindo a que de forma expedita seja possível fazer o “audit trail “ de cada processo e verificar a sua evolução.

No que respeita ao processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, visando a normalização do conjunto de documentos que devem ser submetidos relativamente a cada candidatura e a otimização dos tempos de verificação e apreciação das mesmas, bem como permitir aos serviços beneficiários a consulta e interação fácil em qualquer momento e em qualquer fase do ciclo das candidaturas, não foi possível concluir em 2015 este objetivo, atendendo a que esta funcionalidade encontra-se dependente do projeto em desenvolvimento pela DGTF e que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

## 4. Candidaturas apresentadas ao Fundo e sua apreciação

## 4.1. Apreciação sumária

Em 2015 teve lugar o sétimo ano da vigência dos apoios financeiros às operações de recuperação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado, tendo-se registado a apresentação acumulada de 251 candidaturas, que envolveram um investimento total de 146 milhões de euros.

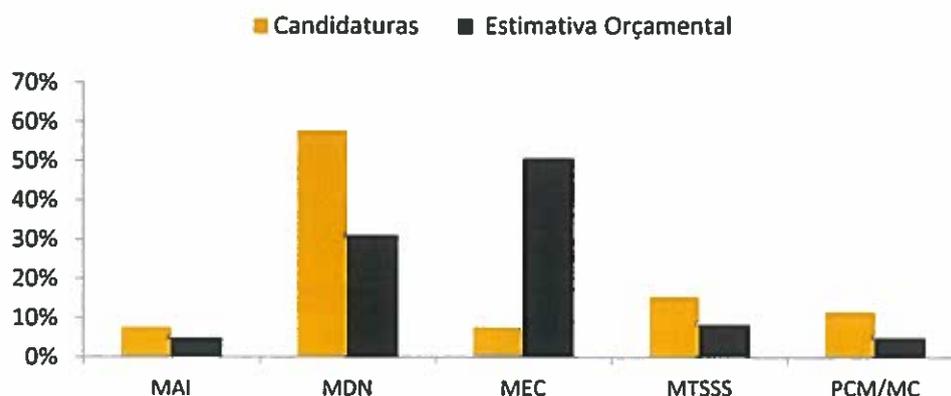
Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2015)

Ministério	2009-2013		2014		2015		Total	
	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental
MAI	22	2.363.317	7	917.777	2	536.406	31	3.817.500
MAM	26	3.095.505	-	-	-	-	26	3.095.505
MAOT	1	1.542.301	-	-	-	-	1	1.542.301
MDN	5	839.929	18	4.552.792	15	3.434.608	38	8.827.328
ME	1	437.760	-	-	-	-	1	437.760
MEC	10	5.251.665	-	-	2	5.621.592	12	10.873.257
MF	1	143.541	2	541.036	-	-	3	684.577
MJ	12	2.418.464	-	-	-	-	12	2.418.464
MS	63	77.291.984	4	3.931.297	-	-	67	81.223.281
MTSSS	17	10.832.742	-	-	4	929.782	21	11.762.525
PCM /MC	30	18.821.861	6	2.124.327	3	554.140	39	21.500.327
<b>Total Geral</b>	<b>188</b>	<b>123.039.069</b>	<b>37</b>	<b>12.067.228</b>	<b>26</b>	<b>11.076.529</b>	<b>251</b>	<b>146.182.826</b>

Comparativamente com o ano anterior, verifica-se uma redução, quer ao nível do número de candidaturas apresentado (30%), quer a nível da estimativa orçamental com uma diminuição de 8%.

Em termos acumulados, verifica-se um peso maior no MS, seguindo-se a PCM/MC e o MDN, no nº de candidaturas, sendo este último substituído pelo MTSSS no que respeita ao investimento envolvido.

Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas apresentadas por Ministério (2015)



Relativamente às candidaturas apresentadas em 2015, atendendo ao nº de candidaturas apresentadas verifica-se uma concentração no MDN com 15 candidaturas, seguido do MTSSS com 4 candidaturas. Atendendo ao orçamento global das intervenções destaca-se o MEC, com 2 candidaturas.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

De referir ainda que no tocante às candidaturas apresentadas em 2015 não se registaram candidaturas cuja estimativa orçamental fosse inferior a 100 mil euros.

#### 4.2. Distribuição Geográfica

Em relação à localização dos imóveis das candidaturas apresentadas e investimentos envolvidos mantem-se em 2015 a situação já observada desde 2009, que o distrito de Lisboa mantém a liderança, com um valor aproximado de 9.104,8 milhares de euros, correspondente a 82% do investimento, número para o qual contribui o facto de a grande maioria dos serviços se encontrarem sediados nesse distrito.

Segue-se o distrito de Santarém que ocupa a segunda posição com cerca de 12% das candidaturas, representado pelo MDN (3) com 4% (492 milhares de euros) do investimento.

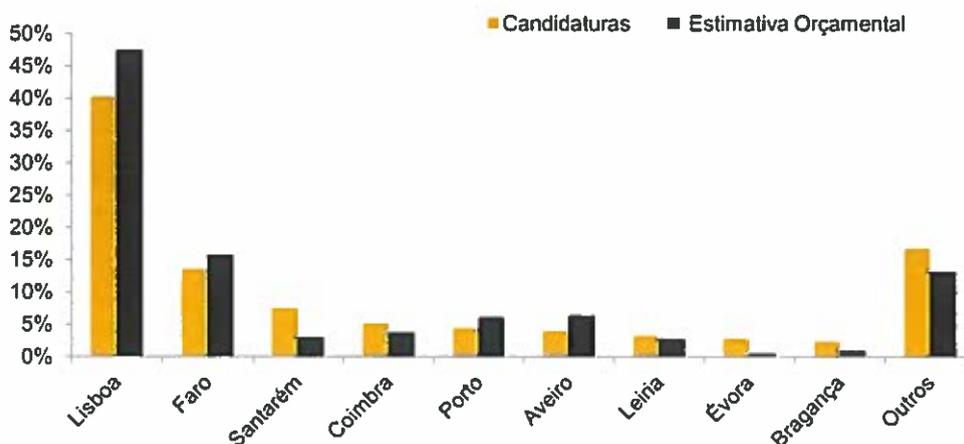
**Quadro 2 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito-2015**

Distrito	N.º	N.º (%)	Valor (€)	Valor (%)
Lisboa	18	69%	9.104.836,15	82%
Santarém	3	12%	492.282,90	4%
Portalegre	1	4%	369.000,00	3%
Porto	1	4%	465.112,79	4%
Ilha da Madeira	1	4%	134.356,65	1%
Faro	1	4%	343.533,69	3%
Braga	1	4%	167.406,32	2%
<b>Total Geral</b>	<b>26</b>	<b>100%</b>	<b>11.076.528,50</b>	<b>100%</b>

Em termos acumulados e conforme se pode observar no gráfico 2, prevalece tal como já acontecia, a relevância do distrito de Faro que, excluindo Lisboa e em comparação com os restantes distritos, apresenta um volume de investimento mais significativo, correspondendo a 16%, assumindo especial significado as candidaturas apresentadas pelo MS, com 17 atribuídas à Administração Regional de Saúde do Algarve e, ainda, as 9 candidaturas relativas ao então MAM.

A este nível merece ainda salientar, em número de candidaturas apresentadas, os distritos de Santarém, Coimbra, Aveiro e Porto, e atendendo ao volume de investimento que lhes está associado os distritos de Aveiro, Porto e Coimbra.

**Gráfico 2 – Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito (2009-2015)**



## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

## 4.3. Distribuição por Entidades

Analisando as candidaturas apresentadas em 2015 por grupos de entidades, pode observar-se no quadro 3 que, quer em número de candidaturas, quer a nível de investimento estas concentram-se nos serviços que integram a Administração Direta do Estado (ADE) responsável por 92%, correspondendo-lhe também a maior fatia a nível de investimento com 95%.

Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades – 2015

SETOR	Candidaturas			
	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Administração Direta	24	92%	10.531.638,50	95%
Administração Indireta	2	8%	544.890,00	5%
<b>Total Geral</b>	<b>26</b>	<b>100%</b>	<b>11.076.528,50</b>	<b>100%</b>

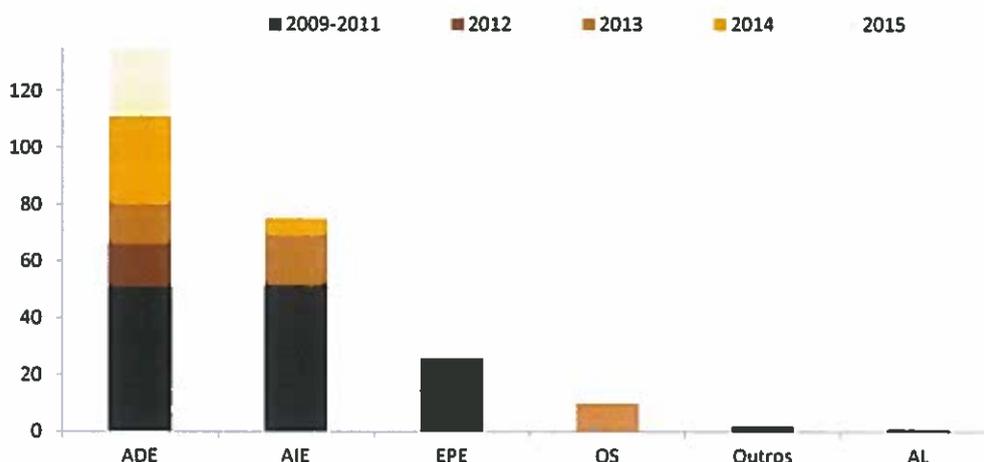
Este tipo de repartição já se tinha verificado nos anos de 2012 e 2014 em que, em termos de número de candidaturas, a ADE era representada por 93% e 92%, seguindo-se a AIE com 6% e 7%, respetivamente.

Quadro 4 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades (2009-2015)

SETOR	Candidaturas			
	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Administração Direta	135	54%	40.421.204,49	28%
Administração Indireta	77	31%	56.358.797,40	39%
Administração Local	1	0%	37.238,58	0%
Entidade Pública Empresarial	26	10%	45.901.123,88	31%
Órgão de soberania/Tribunal	10	4%	1.513.424,94	1%
Outros	2	1%	1.937.909,62	1%
<b>Total Geral</b>	<b>251</b>	<b>100%</b>	<b>146.169.698,91</b>	<b>100%</b>

Em termos acumulados (2009-2015) constata-se situação idêntica ao apurado em 2014, ou seja, em número de candidaturas, estas concentram-se nos serviços que integram a ADE, responsável por 54 % das candidaturas apresentadas embora lhes correspondam apenas 28% do investimento e o peso maior em termos de investimento, na AIE responsável por 39%, com 77 candidaturas.

Gráfico 3 - Distribuição das candidaturas por grupos de entidade e anos



## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

## 4.4. Análise qualitativa

No decorrer do ano de 2015 foram apresentadas 26 novas candidaturas, 15 no âmbito do MDN, 2 pelo MAI, 3 pela PCM, 4 pelo MTSSS e 2 relativas ao MEC, que no conjunto totalizam aproximadamente 11.076 milhares de euros de investimento.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução da atividade operacional do Fundo em 2015, ao nível de número de candidaturas submetidas e apreciadas e comparação com a atividade dos anos anteriores.

Quadro 5 - Evolução da apreciação das candidaturas (valores acumulados)

Anos	Nº de Propostas recebidas	Nº de Candidaturas Devolvidas/Canceladas Revogadas/Desistências/Outras situações	Nº de Candidaturas em análise	Nº de Candidaturas Admitidas	
				Aprovadas	Por aprovar
2009	26	13	13	-	-
2010	125	60	33	11	21
2011	131	75	15	34	7
2012	147	79	11	41	16
2013	188	104	18	62	4
2014	225	109	30	84	2
2015	251	129	24	96	2

O quadro seguinte reflete a apreciação das candidaturas submetidas ao nível dos Ministérios.

Quadro 6 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2015)

Ministério	Propostas Recebidas		Candidaturas Devolvidas/Canceladas/Revogadas/Desistência/ Outras situações		Candidaturas em análise		Candidaturas Admitidas	
	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental
MAI	31	3.817.499,98	6	607.266,60	2	301.350,00	23	2.908.883,38
MAM	26	3.095.505,48	9	692.775,50	3	282.408,05	14	2.120.321,93
MAOT	1	1.542.301,29	-	-	-	-	1	1.542.301,29
MDN	38	8.827.328,19	21	5.758.219,64	1	367.792,11	16	2.701.316,44
ME	1	437.759,53	1	437.759,53	-	-	-	-
MEC	12	10.873.257,41	8	3.852.270,27	2	4.220.930,81	2	2.800.056,33
MF	3	684.577,23	-	-	-	-	3	684.577,23
MJ	12	2.418.464,07	12	2.418.464,07	-	-	-	-
MS	67	81.223.281,29	48	59.082.763,22	10	10.005.657,90	9	12.134.860,17
MTSSS	21	11.762.524,59	12	7.710.153,56	4	2.351.066,77	5	1.701.304,26
PCM/MC	39	21.487.199,85	12	14.376.645,60	2	442.840,00	25	6.667.714,25
<b>Total</b>	<b>251</b>	<b>146.169.698,91</b>	<b>129</b>	<b>94.936.317,99</b>	<b>24</b>	<b>17.972.045,64</b>	<b>98</b>	<b>33.261.335,28</b>

O universo de candidaturas apreciadas em 2015 foi de 59, no qual se inclui as 26 que deram entrada no ano, as 32 candidaturas que transitaram de 2014 (30 em fase de análise e 2 pendentes de aprovação) e ainda 1 que já tinha sido objeto de aprovação. Deste universo 13 foram aprovadas, 20 “desistência/outras situações” inclui a desistência de 1 candidatura aprovada em anos anteriores e ainda 19 candidaturas cujo processo de apreciação e hierarquização não prosseguiu por serem imóveis afetos à prossecução das atividades

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

operacionais das forças armadas, 2 pendentes de aprovação e as demais 24 encontram-se em fase de análise.

No que respeita às candidaturas incluídas no grupo da “desistência/outras situações” registou-se um acréscimo, motivado pela desistência de uma candidatura aprovada e, ainda, por não ter prosseguido o processo de apreciação e hierarquização de 19 candidaturas apresentadas pelo MDN, 14 apresentadas em 2015 e 5 em dezembro de 2014.

Relativamente às 19 candidaturas, apresentadas pelo MDN, o processo de apreciação e hierarquização não prosseguiu atendendo a que os imóveis se encontravam afetos à prossecução das atividades operacionais das forças armadas, integrados em perímetros ou instalações militares mais amplas, maioritariamente fora da malha urbana e sem as características comuns do edificado de serviços, sendo a sua conservação e manutenção primordialmente abrangidas pelo regime da Lei de Infraestruturas Militares-LIM. A que acresce o facto de os referidos imóveis não gerarem receita para o Fundo, por se encontrarem excecionados da aplicação do princípio da onerosidade, e ainda o fato de em sede da ulterior fase de rentabilização de infraestruturas, por regra se encontrarem sujeitas ao regime da LIM.

Em relação à outra candidatura (n.º 24/2009) a Autoridade para as Condições do Trabalho formalizou a desistência da candidatura, com fundamento nos constrangimentos orçamentais, que não permitiram a recuperação do edifício, que com o decurso dos anos se foi agravando a sua degradação, o que conduziu à entrega do imóvel à Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Tal facto implicou uma redução do montante a financiar de 1.660,5 milhares de euros.

Deste modo, o total de candidaturas “devolvidas/desistência/outras situações” perfaz (129), a que corresponde um montante global de investimento de 87.361 milhares de euros, representando 65% da totalidade das candidaturas submetidas. Este número tão elevado de candidaturas reflete, essencialmente, a falta de enquadramento das candidaturas e dos seus beneficiários, nas condições gerais e específicas previstas no Regulamento de Gestão do Fundo, sendo que aproximadamente 61% inclui as EPE, a situação de os imóveis não serem propriedade do Estado e a falta de elementos, 22% a tipologia de obra e as situações de desistência e/ou revogação e o restante a outras situações.

Sublinha-se, ainda assim, que o universo das candidaturas devolvidas poderá ser reduzido, atenta a reapreciação das candidaturas apresentadas pelas EPE e que envolvam imóveis da propriedade do Estado, na sequência da recomendação do Tribunal de Contas no seu relatório de auditoria ao Fundo produzido em 2014.

No que concerne ao universo das candidaturas em análise, verificou-se um decréscimo no número de candidaturas, cujo peso é de 10% face a 13% em 2014, bem como na estimativa orçamental a elas associado. Nesta situação enquadram-se 6 candidaturas apresentadas em 2015, 5 em 2014, 8 em 2013, 1 em 2011 e 4 em 2010.

Regista-se ainda que daquele universo, 11 candidaturas no montante de 10.075 milhares de euros, sendo 3 apresentadas em 2014, pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (2) e pela Administração Central do Sistema de Saúde (1) e 8 em 2013, pelo Centro Hospitalar do Oeste (6) e pela Casa Pia (2), o processo de conclusão da análise encontra-se pendente da junção de esclarecimentos adicionais complementares e essenciais, por parte dos serviços beneficiários, nomeadamente, apresentação de uma memória descritiva e justificativa, com descrição das patologias presentes nos imóveis e as

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

intervenções a implementar, acompanhadas de uma estimativa de custo de todos os trabalhos.

Permanecem ainda em análise 5 candidaturas que transitaram de 2010 e 2011 que ainda não foi possível decidir por insuficiência de elementos sobre a situação patrimonial dos imóveis, apesar do trabalho realizado com os serviços beneficiários.

Quanto à estimativa orçamental associada às candidaturas, destaca-se o MS com 10 candidaturas que correspondem a 10.005 milhares de euros, 7 apresentadas pelo Centro Hospitalar do Oeste no valor de 7.106 milhares de euros, 2 pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo no valor de 1.884 milhares de euros e uma Administração Central do Sistema de Saúde, IP, seguido pelo MEC com 2 candidaturas no valor de 4.220 milhares de euros e pelo MTSSS com 4 candidaturas, 3 apresentadas pela Casa Pia de Lisboa no valor de 2.181 milhares de euros e uma pela Secretaria-Geral.

Sobre as candidaturas admitidas, apresenta-se no quadro 7 o ponto de situação do número de candidaturas aprovadas e por aprovar e os montantes do investimento, em função dos Ministérios a que as candidaturas respeitam.

**Quadro 7 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2015)**

Ministério	Candidaturas Admitidas		Candidaturas Aprovadas			Candidaturas Por Aprovar	
	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar	N.º	Estimativa Orçamental
MAI	23	2.908.883,38	23	2.908.883,38	2.240.737,18		
MAM	14	2.120.321,93	14	2.120.321,93	1.614.302,42		
MAOTE	1	1.542.301,29	1	1.542.301,29	1.156.725,97		
MDN	16	2.701.316,44	16	2.701.316,44	2.069.649,08		
MEC	2	2.800.056,33	2	2.800.056,33	2.189.089,82		
MF	3	684.577,23	3	684.577,23	529.581,36		
MS	9	12.134.860,17	7	2.678.017,11	2.008.512,83	2	9.456.843,06
MTSSS	5	1.701.304,26	5	1.701.304,26	1.320.248,65		
PCM/MC	25	6.667.714,25	25	6.667.714,25	5.546.543,69		
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>33.261.335,28</b>	<b>96</b>	<b>23.804.492,22</b>	<b>18.675.391,00</b>	<b>2</b>	<b>9.456.843,06</b>

Em resultado da aprovação de 13 novas candidaturas, e da desistência de 1 candidatura, elevou-se para 96 o conjunto das aprovadas e o volume de investimento total ascendeu a 18.675 milhares de euros. Em termos médios de percentagem de financiamento, aquele valor corresponde a 78,5% do custo estimado da operação de intervenção, ou seja, muito próximo do valor máximo previsto na Portaria n.º 293/2009.

Quanto às restantes 2 candidaturas por aprovar e que se encontravam pendentes da junção de elementos por parte do serviço beneficiário, aguarda-se esclarecimento da respetiva unidade de gestão patrimonial, sobre o propósito do serviço acerca das candidaturas, bem como da premência na resposta decorrente de as intervenções propostas de remodelação total dos imóveis apresentarem uma estimativa de custos bastante elevada, que poderá ser canalizada para outras candidaturas.

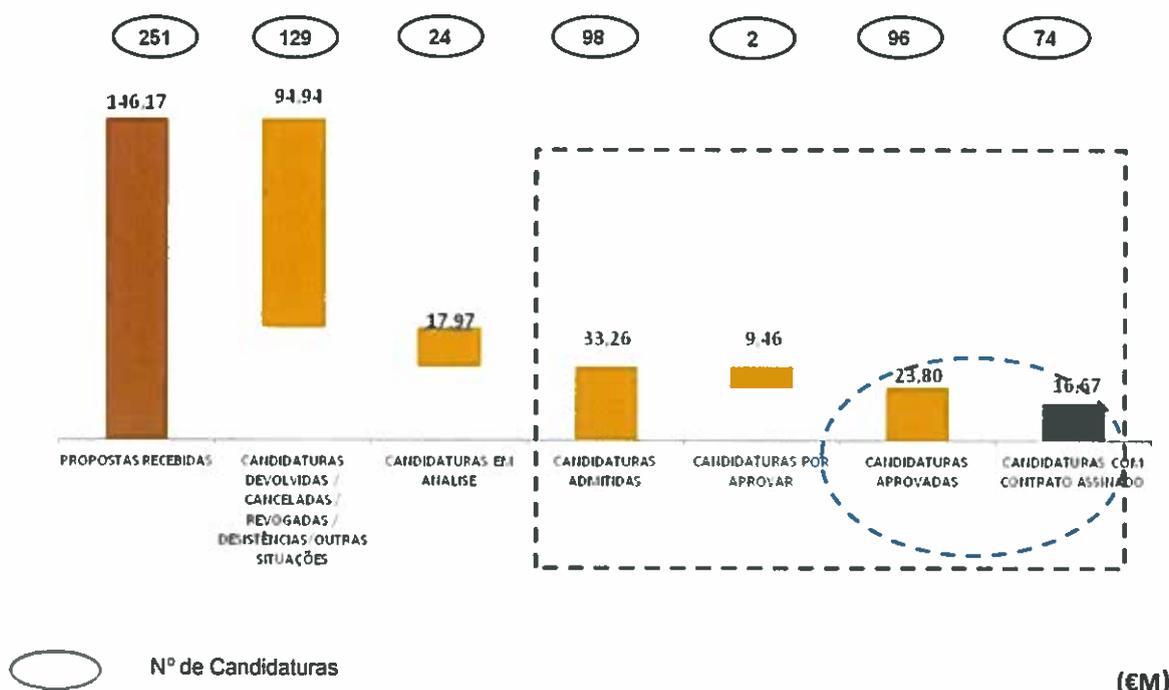
Faz-se notar que, em termos de estimativa orçamental das candidaturas admitidas, o grupo das candidaturas por aprovar tem um peso bastante significativo (28,4%) quando comparado com o n.º de candidaturas que representa (2,0%), situação esta que se deve ao facto de as intervenções propostas envolverem a reabilitação total dos imóveis.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Apresenta-se de seguida, no gráfico 4, de forma sucinta e esquemática, a decomposição das candidaturas reportada ao final de 2015.

Do total das 96 candidaturas aprovadas apenas 74 se encontram com contratos de financiamento assinados, permanecendo, no final de 2015, um universo de 22 candidaturas por contratualizar.

Gráfico 4 - Decomposição das candidaturas apresentadas



Cabe ainda salientar que o universo das candidaturas por contratualizar, vai ser reduzido em 2016, atendendo a que se prevê assinar contratos relativos a 10 candidaturas, sendo 1 no âmbito do MAI, (candidatura n.º 5/2015), 2 do MS (candidaturas n.º 17/2013 e 18/2013), 2 do MTSSS (candidaturas n.º 10/2015 e 11/2015) e 5 da PCM (candidaturas n.º 67/2010, 04/2011, 05/2011 apresentadas pela Biblioteca Nacional de Portugal e candidaturas 64/2010 e 65/2010 apresentada pela Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas), uma vez que foram consideradas no orçamento para a 2016.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

4.5 Contratos

Em 2015 o nível de compromisso a financiar pelo Fundo, respeitante às 96 candidaturas aprovadas, totaliza 18,68 milhões de euros, a que corresponde um montante total contratualizado de 13,14 milhões de euros e uma taxa de contratualização de 70%.

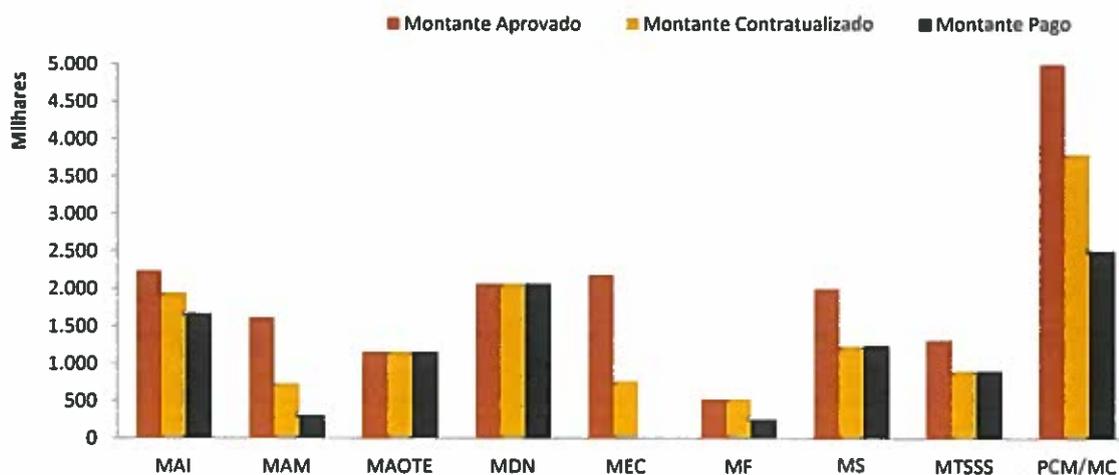
Apesar do progresso registado, persiste, ainda, um desfasamento entre as candidaturas aprovadas e as contratualizadas, explicado, essencialmente, pelas restrições orçamentais impostas pela atual conjuntura às entidades beneficiárias.

Da análise do quadro 8 e gráfico 5 ressalta que a maioria das candidaturas aprovadas se encontram concentradas em três ministérios - PCM, MAI e MDN, com um peso de 67% com a seguinte distribuição 26%, 24% e 17%, respetivamente, e que os mesmos representam 73% das contratualizadas.

Quadro 8 - Candidaturas aprovadas e contratos assinados (2009 a 2015)

Ministério	Candidaturas Aprovadas		Candidaturas com contratos assinados			Candidaturas sem contratos assinados	
	N.º	Montante a Financiar	N.º	Montante a Financiar	Montante Pago	N.º	Montante a Financiar
MAI	23	2.240.737,18	21	1.940.924,68	1.664.174,68	2	299.812,50
MAM	14	1.614.302,42	9	736.938,72	308.113,89	5	877.363,70
MAOTE	1	1.156.725,97	1	1.156.725,97	1.156.725,97	-	-
MDN	16	2.069.649,08	16	2.069.649,08	2.069.649,08	-	-
MEC	2	2.189.089,82	1	764.328,61	-	1	1.424.761,21
MF	3	529.581,36	3	529.581,36	258.374,93	-	-
MS	7	2.008.512,83	3	1.239.793,86	1.237.449,36	4	768.718,97
MTSSS	5	1.320.248,65	3	903.788,34	903.788,32	2	416.460,31
PCM/MC	25	5.546.543,69	17	3.796.408,48	2.509.088,03	8	1.750.135,21
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>18.675.391,00</b>	<b>74</b>	<b>13.138.139,10</b>	<b>10.107.364,26</b>	<b>22</b>	<b>5.537.251,90</b>

Gráfico 5 - Participação financeira aprovada, montante contratualizado e montante pago por ministério (2009-2015)



Constata-se que o anterior MAOTE, MDN e MF apresentam a taxa de contratualização mais alta, com 100 %, seguindo-se o MAI com 91% e o MS e o MEC as mais baixas com 43% e 50%, respetivamente. Ao nível da execução financeira, destacam-se quatro ministérios –

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

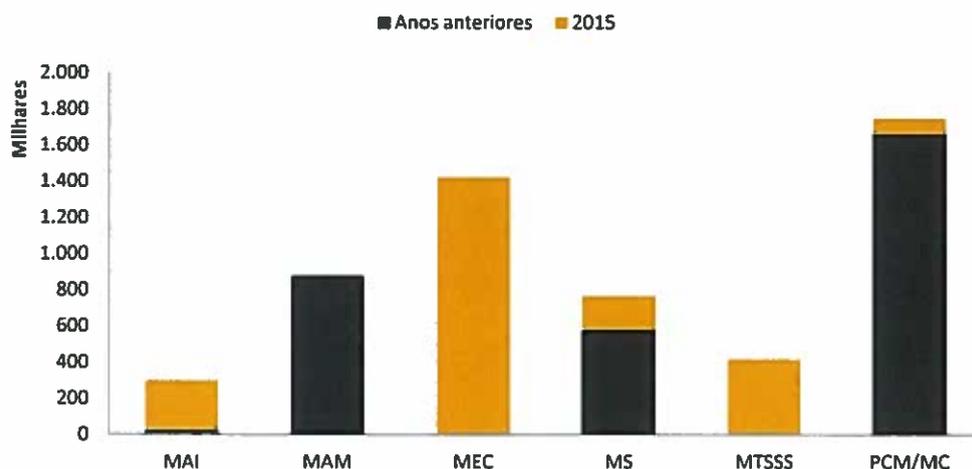
MAOTE, MDN, MTSSS com uma taxa de execução de 100% e o MS com 99,81% e ainda o MEC sem execução.

Atendendo à execução financeira, importa ainda salientar a baixa execução do MAM (42%) que se deve à circunstância de 3 candidaturas com contrato (Candidatura n.º 73/2010, 74/2010 e 90/2010) não terem tido execução física por dificuldades na adjudicação da empreitada ou por atraso da entidade no lançamento dos procedimentos de contratação pública e no que respeita a 2 candidaturas (76/2010 e 89/2010) os contratos não foram executados na totalidade.

No caso da PCM a diferença entre o montante contratualizado e o montante pago, deve-se essencialmente, à existência de 3 candidaturas com contratos plurianuais (candidaturas n.º 03/2009, 14/2013 e 04/2014), cujos encargos se repartem por 2015 e 2016.

Relativamente às candidaturas aprovadas e ainda não contratualizadas e considerando o montante a financiar e a sua distribuição por ministério, destaca-se a PCM, o MEC, seguido do MAM, com um peso de 32%, 26% e 16%, respetivamente.

**Gráfico 6 - Comparticipação financeira aprovada, montante por contratualizar por ministério (2009-2015)**



Registe-se que o nº de candidaturas sem contrato de financiamento assinado (22), registou um decréscimo face a 2014 (26), salientando-se ainda, que daquelas sete foram aprovadas no decurso do ano de 2015.

Relativamente às candidaturas aprovadas em anos anteriores, convirá também mencionar a consulta efetuada às unidades de gestão patrimonial, tendo em vista melhorar o desempenho do Fundo e conseqüente libertação de verbas para outras candidaturas e que, no âmbito da PCM/MC, de um modo geral, os serviços beneficiários mostraram interesse na continuidade das candidaturas aprovadas em anos anteriores, uma vez que o atraso se deveu aos constrangimentos financeiros e dificuldades na mobilização da contrapartida da sua responsabilidade.

Deste modo, prevê-se a assinatura em 2016 de contratos relativamente às candidaturas apresentadas pela Biblioteca Nacional (3) bem como pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (2) cuja dotação já foi considerada no orçamento de 2016, sendo que no tocante a estas duas a execução ocorrerá em 2016 e 2017.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Relativamente às candidaturas aprovadas em 2015, no que respeita ao MAI, MS, MTSSS e PCM/MC, prevê-se a assinatura dos respetivos contratos de financiamento em 2016, tendo sido inscrita a dotação necessária no respetivo orçamento. Quanto à candidatura apresentada pelo MEC, a assinatura do contrato encontra-se a pendente, designadamente, da apresentação do projeto de execução e da resolução prévia das questões da ocupação parcial ainda subsistente do imóvel a intervencionar.

Os quadros seguintes espelham a evolução das candidaturas aprovadas e contratualizadas até ao final de 2015.

Em 2015 foram celebrados 25 contratos de financiamento, 16 referentes a novas candidaturas e 9 em aditamento a contratos de financiamento assinados. Assim, o número de candidaturas com contrato de financiamento celebrado totalizou 74 candidaturas.

Quadro 9 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2015)

Ano	Ministério	Contratos / Aditamentos		Valor Total	Financiamento do FRCP	Execução Financeira	
						Anos anteriores	2015
2010	MAOTE	1		1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97	-
	<b>Subtotal</b>	<b>1</b>		<b>1.542.301,29</b>	<b>1.156.725,97</b>	<b>1.156.725,97</b>	<b>-</b>
2011	MAI <sup>2</sup>	1		369.000,00	276.750,00	-	-
	MS	1	1	73.790,72	55.343,03	55.343,03	-
	<b>Subtotal</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>442.790,72</b>	<b>332.093,03</b>	<b>55.343,03</b>	<b>-</b>
2012	MAI	1		172.175,40	137.740,32	137.740,32	-
	MAM*	5	5	415.204,01	311.403,02	36.695,48	213.849,52
	MF	1		143.541,00	114.832,80	114.832,78	-
	MS*	1	2	547.103,66	410.327,75	67.534,32	340.448,93
	<b>Subtotal</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>1.278.024,07</b>	<b>974.303,89</b>	<b>356.802,90</b>	<b>554.298,45</b>
2013	MAI	12		1.063.416,60	848.028,32	848.028,32	-
	MAM*	2	1	231.828,92	183.053,20		36.149,09
	MDN	4		665.932,92	499.449,70	499.449,70	-
	PCM	5	1	1298991,74	1.121.087,89	1.121.087,74	-
	<b>Subtotal</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>3.260.170,18</b>	<b>2.651.619,11</b>	<b>2.468.565,76</b>	<b>36.149,09</b>
2014	MAI	5		614.258,06	460.693,55	460.693,55	-
	MAM	2		323.310,00	242.482,50	21.419,80	-
	MDN	11		1.803.876,18	1.396.568,87	1.396.568,87	-
	MEC	1		1.019.104,82	764.328,61	-	-
	MTSSS	1		364.833,41	291.866,73	291.866,73	-
	PCM*	4	2	1.439.216,62	1.297.782,67	567.711,91	168.717,76
	<b>Subtotal</b>	<b>24</b>	<b>2</b>	<b>5.564.599,09</b>	<b>4.453.722,93</b>	<b>2.738.260,86</b>	<b>168.717,76</b>
2015	MAI	2		290.283,32	217.712,49	-	217.712,49
	MDN	1		231.507,34	173.630,51	-	173.630,51
	MF	2	1	541.036,23	414.748,56	-	143.542,15
	MS	1		1.032.164,11	774.123,08	-	774.123,08
	MTSSS	2	1	815.895,46	611.921,61	-	611.921,59
	PCM	8		1.670.400,32	1.377.537,92	-	651.570,62
	<b>Subtotal</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>4.581.286,78</b>	<b>3.569.674,17</b>	<b>-</b>	<b>2.572.500,44</b>
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>14</b>	<b>16.669.172,13</b>	<b>13.138.139,10</b>	<b>6.775.698,52</b>	<b>3.331.665,74</b>	

(\*) Contratos plurianuais

<sup>2</sup> Não registou execução financeira atenta a orientação política de extinção formal e definitiva dos governos civis.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

De seguida, apresentam-se sistematizados os 25 contratos de financiamento celebrados em 2015, sendo que 9 são aditamentos a contratos, respeitantes às 4 candidaturas apresentadas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, pelo Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa (1), cujos contratos tinham sido assinados em 2012<sup>3</sup>, à candidatura do INIAV com contrato celebrado em 2013<sup>4</sup>, à candidatura da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas com contrato assinado em 2014 e às candidaturas 20/2013 e 03/2014, cujos contratos foram celebrados em 2015.

Os referidos aditamentos aos contratos celebrados, decorrem essencialmente da redução do valor da comparticipação financeira na sequência da adjudicação dos trabalhos por um valor inferior ao valor inicial das despesas elegíveis. No caso dos aditamentos celebrados com a DRAPN e o INIAV foi ainda incluída uma cláusula referente ao desembolso de 20% e 25% do valor da comparticipação financeira aprovada, respetivamente.

Ao nível do volume de financiamento associado aos 25 contratos verifica-se que este atinge o montante global de € 4.852.211,55, com um peso mais elevado surge a PCM (40%), sucedendo-lhe o MS (24%) e o MTSSS (13%) mas, em termos de execução, o MS (37%) é o que regista o valor mais elevado, seguido da PCM (20%) e do MTSSS (19%).

Quadro 10 – Contratos de financiamento assinados em 2015

Entidade/Ministério	Contratos/ Aditamento		Valor Total	Financiamento do FRCP	Montante Pago	Montante por executar
PSP	2		290.283,32	217.712,49	217.712,49	-
MAI	2		290.283,32	217.712,49	217.712,49	-
DRAPN*		4	366.276,71	274.707,54	213.849,52	60.858,02
INIAV		1	48.198,78	36.149,09	36.149,09	-
MAM		5	414.475,49	310.856,63	249.998,61	60.858,02
DIE	1		231.507,34	173.630,51	173.630,51	-
MDN	1		231.507,34	173.630,51	173.630,51	-
ATA	1		361.608,54	271.206,41	-	271.206,41
SGMF	1	1	179.427,69	143.542,15	143.542,15	-
MF	2	1	541.036,23	414.748,56	143.542,15	271.206,41
ACSS	1		1.032.164,11	774.123,08	774.123,08	-
CHPL **		1	547.103,66	410.327,75	407.983,25	2.344,50
MS	1	1	1.579.267,77	1.184.450,83	1.182.106,33	2.344,50
CPL	2	1	815.895,46	611.921,61	611.921,59	-
MTSSS	2	1	815.895,46	611.921,61	611.921,59	-
BNP	3		385.166,45	295.385,80	295.385,80	-
DGPC *	3		791.234,67	702.587,74	121.660,13	580.927,61
DRCN	1		181.299,61	145.039,69	-	145.039,69
SGPCM	1		312.699,59	234.524,69	234.524,69	-
DGLAB*		1	561.353,00	561.353,00	-	561.353,00
PCM	8	1	2.231.753,32	1.938.890,92	651.570,62	1.287.320,30
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>6.104.218,93</b>	<b>4.852.211,55</b>	<b>3.230.482,30</b>	<b>1.621.729,23</b>

(\*) Contratos plurianuais

(\*\*) Aditamento ao contrato assinado em 28/06/2012 - montante pago inclui os valores pagos em 2013 (€ 4.151,25) e 2014 (€ 63.383,07).

<sup>3</sup> Candidaturas 86/2010, 87/2010, 89/2010, 90/2010 e 06/2010

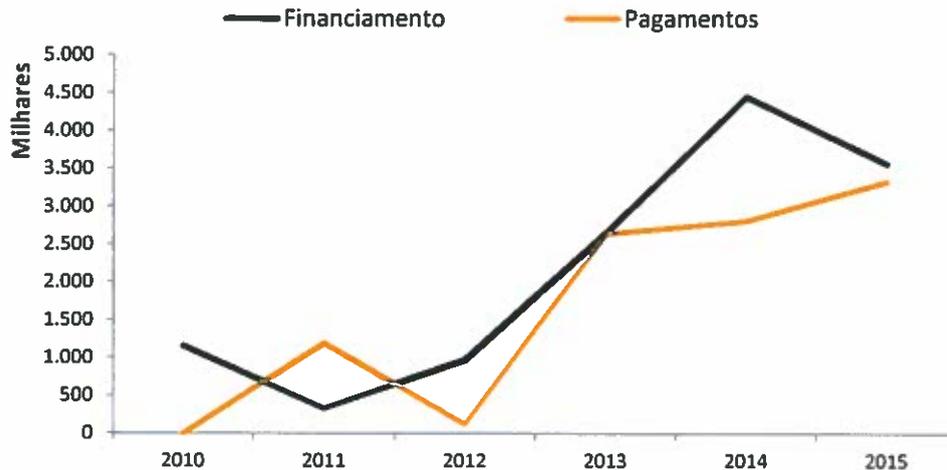
<sup>4</sup> Candidatura 95/2010

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

À semelhança do que sucedeu no ano anterior, as transferências efetuadas para os serviços foram inferiores ao valor da comparticipação financeira contratualizada, situação que se deve essencialmente a contratos com execução plurianual.

Ao nível dos pagamentos efetuados fica evidente no gráfico seguinte o aumento registado em 2015, de cerca de 518,6 milhares de euros face a 2014, mantendo-se, assim, a tendência de crescimento já verificada em 2013.

**Gráfico 6 - Comparticipação financeira contratualizada e pagamentos efetuados**



Do montante pago em 2015 constata-se que 77% (€ 2.572.500,44) reporta-se a candidaturas com contratos assinados no decurso de 2015.

É de salientar, ainda, a melhoria ao nível da execução financeira de candidaturas, com contratos de financiamento celebrados em anos anteriores, nomeadamente em 2012 e 2013, e que no decurso de 2015 foram objeto de aditamento, na sequência da adjudicação das empreitadas por parte dos serviços beneficiários, dando origem a pagamentos à DRAP Norte, INIAV e CHPL, no montante de € 213.849,52, € 36.149,09 e € 340.448,93, respetivamente.

O remanescente no valor de € 168.717,76 diz respeito a parte da comparticipação financeira do contrato celebrado em 2014 com o IPDJ e cujo pagamento tinha ficado pendente da apresentação das respetivas faturas e auto vistoria.

Ainda no tocante à comparticipação financeira contratualizada, o montante por executar ascende a 2.754 milhares de euros, sendo que 1.621 milhares de euros reportam a contratos assinados em 2015, incluindo aditamentos a contratos de anos anteriores, 764 milhares de euros ao contrato assinado em 2014 com encargos plurianuais e o remanescente a contratos celebrados em 2013 e 2014.

O quadro 11 sintetiza o ponto de situação das candidaturas com contratos financeiros por executar ou em execução.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 11 - Ponto de situação dos contratos não executados

Entidade /Ministério	Candidatura	Ano Contrato	Valor Total	Financiamento FRCP	Montante Pago	Montante por executar
DRAPN*	89/2010	2012 /2015	127.959	95.969	63.712	32.257
DRAPN*	90/2010	2012 /2015	38.135	28.601	-	28.601
DRAPLVT	73/2010	2013	183.630	146.904	-	146.904
DRAP Alentejo	74/2010	2014	179.400	134.550	-	134.550
DRAP Alentejo	76/2010	2014	143.910	107.933	21.420	86.513
<b>MAM</b>	<b>5</b>		<b>673.034</b>	<b>513.957</b>	<b>85.132</b>	<b>428.825</b>
CHPL*	06/2010	2012/2014/2015	547.104	410.328	407.983	2.344
<b>MS</b>	<b>1</b>		<b>547.104</b>	<b>410.328</b>	<b>407.983</b>	<b>2.344</b>
SGMEC*	09/2009	2014	1.019.105	764.329	-	764.329
<b>MEC</b>	<b>1</b>		<b>1.019.105</b>	<b>764.329</b>	<b>-</b>	<b>764.329</b>
DGLAB*	03/2009	2014/2015	561.353	561.353	-	561.353
DGPC*	14/2013	2015	234.790	187.832	5.660	182.172
DRCN	40/2013	2015	181.300	145.040	-	145.040
DGPC*	04/2014	2015	348.000	348.000	116.000	232.000
DGPC	18/2014	2015	208.445	166.756	-	166.756
<b>PCM</b>	<b>5</b>		<b>1.533.887</b>	<b>1.408.980</b>	<b>121.660</b>	<b>1.287.320</b>
ATA	08/2014	2015	361.609	271.206	-	271.206
<b>MF</b>	<b>1</b>		<b>361.609</b>	<b>271.206</b>	<b>-</b>	<b>271.206</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>		<b>4.134.738</b>	<b>3.368.800</b>	<b>614.775</b>	<b>2.754.025</b>

(\*) Contratos plurianuais

No tocante à execução financeira dos contratos, ficaram por executar os contratos relativos às candidaturas 40/2013, 18/2014 e 08/2014, por se aguardar a apresentação pelas respetivas unidades de gestão patrimonial dos autos de vistoria e faturas.

Em relação às 2 candidaturas 14/2013 e 04/2014 apresentadas pela DGPC e cujos contratos se encontram em execução e face à alteração entretanto verificada no calendário de execução das empreitadas, foi submetido a despacho projeto de portaria para alteração das portarias de extensão de encargos anteriormente aprovadas, uma vez que os encargos se repartem por 2015 e 2016.

Também no caso de 2 candidaturas da DRAP Norte o financiamento por executar resultou das dificuldades na execução da obra por incumprimento parcial do contrato de empreitada respeitante ao Edifício de Mirandela e, incumprimento total do contrato de empreitada de Matosinhos, o que obrigou à apresentação de pedido de prorrogação da portaria de extensão de encargos, para repartição do saldo apurado em 2015 pelos anos de 2016 e 2017.

Quanto à candidatura n.º 3/2009 não se verificou qualquer pagamento em 2015, atendendo a que o auto de consignação da empreitada apenas foi assinado a 9 de dezembro de 2015, pelo que a sua execução ocorrerá em 2016.

Relativamente a 3 contratos celebrados em 2013 e 2014 não foi remetida informação por parte dos serviços – DRAP Alentejo (2) e DRAPLVT (1) - de que dispunham de dotação orçamental em 2015 para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação, apesar de no caso de esta última ter sido inscrita dotação orçamental para 2015, atendendo a que

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

se encontravam em preparação os procedimentos para lançamento do concurso de empreitada para execução da obra.

No que respeita ao contrato plurianual assinado em 2014 com a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência para recuperação e valorização do Palácio das Laranjeiras, a entidade solicitou a transição da totalidade das verbas para 2016, por não ter sido possível dar início aos procedimentos necessários à execução de empreitada.

No presente contexto, apresenta-se no quadro 12 o ponto de situação relativamente às candidaturas cujos encargos se repartem por mais de um ano económico.

**Quadro 12 – Candidaturas com encargos plurianuais**

Entidade	N.º Cand.	Financiamento FRCP		Execução	Valor escalonado			Portaria
		%	Valor (€)		2014	2015	2016	
CHPL	06/2010	75%	410.327,75	407.983,25	67.534,32	342.793,42		295/2015 de 21/05; 839-A/2013, 29 /11
DRAPN	86/2010	75%	89.252,48	89.252,48	172.278,00	242.847,00		661/2014, de 13 /08
	87/2010	75%	60.884,99	60.884,99				
	89/2010*	75%	95.969,04	63.711,85				
	90/2010*	75%	28.601,02	0,20				
SGMEC	07/2014	75%	764.328,61	0,00	90.000,00	295.200,00	379.128,61	727/2014, de 8/09
DGLAB	03/2009	100%	807.365,97	0,00		417.920,34	143.432,66	637/2015 de 19/08 996/2014, 2/02
DGPC	04/2014*	100%	580.000,00	116.000,00	50.000,00	530.000,00		1/2015, de 2/01
	14/2013*	80%	288.320,00	5.660,13	40.000,00	248.320,00		7/2015, de 7/01
<b>Total</b>			<b>3.125.049,86</b>	<b>743.492,90</b>	<b>647.754,11</b>	<b>2.294.930,94</b>	<b>379.128,61</b>	

\* Aguardam portaria para reescalamento de encargos



## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

## Quadro 13 – Contratos de financiamento assinados em 2015

Entidade	N.º contrato	Data	Candidatura - Imóvel	Valor Total	Financiamento do FRCP		Montante Pago
					%	Valor (€)	
Casa Pia de Lisboa	01/2015	03-06-2015	20/2013 - CED Pina Manique R. dos Jerónimos, n.º 7, Lisboa	409.610,35	75%	307.207,76	-
	02/2015 <sup>7)</sup>	03-06-2015	21/2013 - CED Maria Pia- R. Madre Deus, n.º 1, Lisboa - I	684.456,44	75%	513.342,33	307.594,87
DRAPN	03/2015 <sup>1)</sup>	16-06-2015	89/2010 - Edifício Administrativo-Mirandela	141.469,40	80%	106.102,05	63.711,85
DRAPN	04/2015 <sup>1)</sup>	16-06-2015	90/2010 - Quinta de S. Gens, Senhora da Hora-Matosinhos	38.134,70	75%	28.601,03	0,20
DRAPN	05/2015 <sup>1)</sup>	16-06-2015	87/2010 - Edifício Administrativo-Chaves	81.179,99	75%	60.884,99	60.884,99
DRAPN	06/2015 <sup>1)</sup>	16-06-2015	86/2010 - Edifício Administrativo-Braga	119.003,30	75%	89.252,48	89.252,48
SGPCM	07/2015	16-06-2015	10/2014 - Edifício da Presidência do Conselho de Ministros	325.827,01	75%	244.370,26	234.524,69
SGMF	08/2015	08-09-2015	03/2014 - Edifício Sede do Ministério das Finanças	192.085,51	80%	153.668,40	143.542,15
PSP	09/2015	08-09-2015	33/2014 - Comando da Polícia de Viseu	122.877,00	75%	92.157,75	92.157,75
DGPC	10/2015	08-09-2015	14/20103 - Museu Nacional dos Coches	234.790,00	80%	187.832,00	5.660,13
BNP	11/2015	17-09-2015	68/2010 - Biblioteca Nacional de Portugal	158.089,84	75%	118.567,38	118.567,38
	12/2015	17-09-2015	69/2010 - Biblioteca Nacional de Portugal	130.219,19	80%	104.175,35	104.175,35
DGLAB	13/2015 <sup>2)</sup>	24-09-2015	03/2009 - Antiga Cadeia da Relação do Porto -Cento Português de Fotografia	561.353,00	100%	561.353,00	-
CHPL	14/2015 <sup>3)</sup>	08-10-2015	06/2010 - Av. do Brasil, 53-Lisboa	547.103,66	75%	410.327,75	407.983,25
PSP	15/2015	30-10-2015	01/2015 - Comando Distrital de Braga - Largo do Carmo n.º 6	167.406,32	75%	125.554,74	125.554,74
BNP	16/2015	19-11-2015	66/2010 - Biblioteca Nacional de Portugal	96.857,42	75%	72.643,07	72.643,07
INIAV	17/2015 <sup>4)</sup>	19-11-2015	95/2010 - BPGV- Banco de Germoplasma Vegetal de Merelim	48.198,78	75%	36.149,09	36.149,09
SGMF	18/2015 <sup>5)</sup>	16-12-2015	03/2014 - Edifício Sede do Ministério das Finanças	179.427,69	80%	143.542,15	143.542,15
DRCN	19/2015	18-12-2015	40/2013 - Antigo Paço Episcopal de Lamego - Museu de Lamego	181.299,61	80%	145.039,69	-
ACSS	20/2015	18-12-2015	13/2014 - Parque da Saúde de Lisboa-Edifício 16 - Av. do Brasil, 53, Lisboa	1.032.164,11	75%	774.123,08	774.123,08
DGPC	21/2015	23-12-2015	18/2014 - Laboratório José Figueiredo	208.444,67	80%	166.755,74	-
DIE	22/2015	23-12-2015	15/2014 - Quartel de S. Lourenço - Abrantes	231.507,34	75%	173.630,51	173.630,51
DGPC	23/2015	23-12-2015	04/2014 - Palácio Nacional da Ajuda, Largo da Ajuda, Lisboa	348.000,00	100%	348.000,00	116.000,00
ATA	24/2015	29-12-2015	08/2014 - Serviço de Finanças de Oeiras 2 Rua Conde de Alcáçovas, Paço de Arcos	361.608,54	75%	271.206,41	-
Casa Pia de Lisboa	25/2015 <sup>6)</sup>	30-12-2015	20/2013 - CED Pina Manique R. dos Jerónimos, n.º 7, Lisboa	405.768,98	75%	304.326,74	304.326,74

1) Contratos n.º 03 a 06/2015 - Aditamento aos contratos assinados em 28-06-2012

2) Contrato n.º 13/2015 - Aditamento ao contrato n.º 17/2014 assinado em 11-12-2014

3) Contrato n.º 14/2015 – 2ª Aditamento ao contrato assinado em 28-06-2012 - O montante pago engloba € 67.534,32 pago em anos anteriores

4) Contrato n.º 17/2015- Aditamento ao contrato assinado em 05-07-2013

5) Contrato n.º 18/2015- Aditamento ao contrato n.º 08/2015 assinado em 08-09-2015

6) Contrato n.º 25/2015- Aditamento ao contrato n.º 01/2015 assinado em 03-06-2015

7) Contrato n.º 02/2015 - Foi aprovada minuta de aditamento ao contrato na sequência de redução no valor contratual da empreitada e alteração do montante a financiar para € 307.594,87;

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

### 5. Sistema de Informação de Gestão do Fundo

Em 2015, e para cumprimento da norma estabelecida nos decretos-leis de execução orçamental da obrigatoriedade da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) pelos serviços e fundos autónomos através da adesão de uma das modalidades disponibilizadas pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), manteve-se a modalidade de utilização da solução GERFIP, de Partilha de Serviços, o que se traduz que um conjunto de tarefas até aí da responsabilidade do Fundo, passaram a ser executadas pela ESPAP, com o acompanhamento do Fundo.

Refira-se ainda que foram introduzidas melhorias e aperfeiçoamentos na gestão operacional do Fundo sobre as candidaturas recebidas, analisadas e aprovadas, relativas a operações de recuperação, reconstrução e conservação dos imóveis de propriedade do Estado, conduzindo a que de forma expedita seja possível fazer o “audit trail “ de cada processo e verificar a sua evolução.

No que respeita à divulgação de informação relativa ao Fundo, conforme previsto no plano de atividades, foi inserida informação no site da DGTF, nomeadamente legislação aplicável ao Fundo e Relatórios de Gestão e Contas.

Cabe ainda mencionar que, apesar de ter sido elaborado o suporte digital que vai permitir a apresentação de candidaturas online, ficando os vários elementos estruturados e imediatamente disponíveis para visualização e análise, no entanto, não foi possível concluir o processo de operacionalização, atendendo a que esta funcionalidade encontra-se pendente do projeto em desenvolvimento para a DGTF e que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

## 6. Análise Orçamental, Económica e Financeira

## 6.1. Análise Orçamental

A execução do Orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2015, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental.

## 6.1.1. Execução do Orçamento

Quadro 14 – Execução Orçamental

Designação	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Execução	Grau de Execução	Desvio orçamental
<b>Receitas</b>					
Correntes	9.604.022	9.593.570	6.646.605	69,3%	-30,7%
Capital	1.525.435	1.535.886	247.192	16,1%	-83,9%
Outras		1.823.658	1.823.657	100,0%	0,0%
<b>Receitas Totais</b>	<b>11.129.457</b>	<b>12.953.114</b>	<b>8.717.454</b>	<b>67,3%</b>	<b>-32,7%</b>
<b>Despesas</b>					
Correntes	977.271	977.271	828.648	84,8%	-15,2%
Correntes - Reservas	240.635	240.635			
Capital	8.407.493	8.407.493	2.568.569	30,6%	-69,4%
<b>Despesas Totais</b>	<b>9.625.399</b>	<b>9.625.399</b>	<b>3.397.216</b>	<b>35,3%</b>	<b>-64,7%</b>

\*Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

Para execução da atividade do Fundo o orçamento inicial aprovado da receita foi de € 11.129.457 e da despesa € 9.625.399. No âmbito da receita, ao comparar a dotação corrigida com a dotação inicialmente aprovado verifica-se um acréscimo de € 1.823.657, proveniente da incorporação do saldo de gerência. Ao nível da despesa a dotação inicial é igual à dotação corrigida, dado que a receita gerada pelo Fundo foi suficiente para fazer face às despesas realizadas.

Analisando a execução orçamental no exercício de 2015, verifica-se que a receita total ascendeu ao montante de € 8.717.454 e a despesa total foi de € 3.397.216, sendo a execução da receita de 67,3% e da despesa 35,3%, relativamente, às dotações corrigidas.

Ao comparar as dotações corrigidas com a execução efetiva verifica-se, no âmbito da receita, um desvio orçamental de -32,7% e da despesa de -64,7%.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

## 6.1.1.1. Saldos Orçamentais

Quadro 15 – Saldos Orçamentais

Designação	Receitas	Despesas	Saldos Orçamentais
Correntes	6.646.605	828.648	5.817.958
Capital	247.192	2.568.569	-2.321.377
Outras	1.823.657		1.823.657
<b>Saldo da gerência</b>	<b>8.717.454</b>	<b>3.397.216</b>	<b>5.320.238</b>

Relativamente aos saldos orçamentais à data de 31 de dezembro verifica-se:

- O saldo para a gerência seguinte no montante de € 5.320.238, deveu-se essencialmente à receita efetiva ter sido superior à despesa, a que a cresce o facto de o saldo transitado de 2014 não ter sido aplicado em despesa;
- O saldo corrente no valor de € 5.817.958 significa que o total arrecadado das receitas correntes foi superior ao valor pago. Esse saldo resultou, essencialmente, das receitas provenientes da aplicação do princípio da onerosidade, e ainda, da afetação de 10% da cedência de utilização sobre imóveis da propriedade do Estado, nos termos do despacho n.º 673/15, de 7 de maio, da então Secretária de Estado do Tesouro;
- O saldo de capital no montante de - € 2.321.377 deveu-se ao facto de as receitas arrecadadas terem sido inferiores às despesas realizadas com as transferências efetuadas para os serviços beneficiários no âmbito dos contratos de financiamento celebrados;
- O saldo de Outras receitas no montante de € 1.823.657, corresponde à integração do saldo de gerência.

O quadro seguinte apresenta a despesa e receita de forma detalhada:

Quadro 16 – Receita e Despesa

Receitas efetivas	Valor
Princípio de Onerosidade	6.277.645
Juros Ilíquidos recebidos	262.202
Cedências de utilização	106.758
Outras Receitas de capital - Indemnizações	10.451
Alienação de Imóveis	236.741
<b>Total das receitas efetiva cobradas</b>	<b>6.893.797</b>
Despesa efetiva	
Imposto retido pelo IGCP	65.550
Transferências efetuadas para os serviços beneficiários	3.331.666
<b>Total da despesa efetiva</b>	<b>3.397.216</b>
<b>Saldo Global</b>	<b>3.496.581</b>

A nível de saldo global verifica-se que este se apresenta positivo no montante de € 3.496.581, traduzindo que a receita efetiva cobrada no ano no valor de € 6.893.797 proveniente do princípio da onerosidade, cedência de utilização e alienação de imóveis, bem como dos juros ilíquidos recebidos, permitiu a cobertura da despesa efetiva de € 3.397.216

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

respeitante às transferências efetuadas para os serviços beneficiários e ao imposto retido pelo IGCP referente às aplicações financeiras.

## 6.1.2 - Receita

Quanto à receita apresenta-se o quadro infra com a distribuição em termos de classificação económica e fontes de financiamento:

Quadro 17 - Execução da Receita

Designação	Dotações Corrigidas*	Receita Cobrada Bruta		Taxa de Execução	Desvio
	Valor€	Valor	Peso %		
<b>Fonte de Financiamento 510</b>					
<b>Receitas Correntes</b>					
05.03. - Rendimentos da Propriedade-juros - Adm. Pública	318.119	262.202	3,0%	82,4%	-55.917
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas-terrenos	5.971	5.970	0,1%	100,0%	-1
06.03. - Transferências correntes - administração central	902.923	0			
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas -edifícios	8.366.557	6.378.433	73,2%	76,2%	-1.988.124
<b>Total da Receitas Correntes</b>	<b>9.593.570</b>	<b>6.646.605</b>	<b>76,2%</b>	<b>69,3%</b>	<b>-2.044.042</b>
<b>Receitas de Capital</b>					
10.03.- Transferências de capital - Administração Pública	1.525.435	236.741	2,7%	15,5%	-1.288.694
13.01. - Outras receitas de capital - outras	10.452	10.451	0,1%	100,0%	-1
<b>Total de Receitas de Capital</b>	<b>1.535.887</b>	<b>247.192</b>	<b>2,8%</b>	<b>16,1%</b>	<b>-1.288.694</b>
<b>Total Fonte de Financiamento 510</b>	<b>11.129.457</b>	<b>6.893.797</b>	<b>79,1%</b>	<b>61,9%</b>	<b>-3.332.736</b>
<b>Fonte de Financiamento 520</b>					
<b>Outras Receitas</b>					
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	1.823.657	1.823.657	20,9%	100,0%	0
<b>Total de Outras Receitas</b>	<b>1.823.657</b>	<b>1.823.657</b>	<b>20,9%</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>
<b>Total Fonte de Financiamento 520</b>	<b>1.823.657</b>	<b>1.823.657</b>	<b>20,9%</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>
<b>Receitas Totais</b>	<b>12.953.114</b>	<b>8.717.454</b>	<b>100,0%</b>	<b>67,3%</b>	<b>-3.332.737</b>

\*Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

A receita própria cobrada foi de € 8.717.454 e apresenta um desvio de - € 3.332.737 relativamente à dotação corrigida, sendo € 6.893.797 da fonte de financiamento 510-receita própria do ano e € 1.823.657 da fonte de financiamento 520- saldos de RP transitados.

Comparando o peso estrutural das componentes da receita corrente e de capital com 76,2% e 2,8%, respetivamente, verifica-se uma acentuada divergência entre ambas, resultante do Fundo ser fundamentalmente financiado pelas contrapartidas recebidas do princípio da onerosidade, e ainda, do arrendamento e cedências de utilização dos móveis da propriedade do Estado.

As outras receitas atingiram o peso estrutural de 20,9%, correspondem ao saldo de gerência de 2014 integrado no orçamento de 2015.

A receita corrente atingiu o montante de € 6.646.605, apresentando um desvio de - € 2.044.042, motivado essencialmente pelo atraso na execução prevista para a rubrica de classificação económica 07.03- Vendas de bens e serviço – rendas – edifícios e respeitante às contrapartidas decorrentes da implementação do princípio da onerosidade.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

De salientar que, relativamente à cobrança do princípio da onerosidade respeitante aos anos de 2014 e 2015, o Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2016, no n.º 1 do artigo 81.º, autoriza a DGTf, durante o ano de 2016, “a liquidar e cobrar aos serviços, ... as contrapartidas decorrentes da implementação do princípio da onerosidade liquidadas, comunicadas e devidas nos anos de 2014 e 2015, cujo pagamento não tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2015”.

Quanto à componente receitas de capital fez o montante de € 247.192, procedente de transferências de capital (€ 236.741) respeitantes a alienações de bens imóveis do Estado, sendo que € 185.208 teve despacho de autorização de 2015 e o remanescente, no montante de € 51.533, de acordo com os despachos datados de 2011, 2012 e 2014 e, ainda, de outras de receitas de capital (€ 10.451) relativa a indemnização paga por reversão do imóvel.

## 6.1.3 - Evolução da Receita

O quadro 18 evidencia a evolução da receita entre 2013 e 2015

Quadro 18 – Evolução da Receita (2013-2015)

Designação	Receita Cobrada Bruta 2013		Receita Cobrada Bruta 2014		Receita Cobrada Bruta 2015		Variação 2015-2014	
	valor €	Peso %	valor €	Peso %	valor €	Peso %	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>								%
05.03. - Rendimentos Propriedade-juros	434.886	6,3%	328.618	7,0%	262.202	3,0%	-66.416	-20,2%
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas-terrenos			554	0,0%	5.970	0,1%	5.416	977,6%
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas -edifícios		0,0%	1.232.836	26,1%	6.378.433	73,2%	5.145.596	417,4%
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>434.886</b>	<b>6,3%</b>	<b>1.562.008</b>	<b>33,0%</b>	<b>6.646.605</b>	<b>76,2%</b>	<b>5.084.597</b>	<b>325,5%</b>
<b>Receitas de Capital</b>				<b>0,0%</b>		<b>0,0%</b>		
09.01.- Venda de bens de investimento-terrenos		0,0%	89.428	1,9%	0	0,0%	-89.428	
09.02. - Venda de bens de investimento-Habitacões	571.837	8,2%	63.901	1,4%	0	0,0%	-63.901	
09.03. - Venda de bens de investimento-Edifícios	23.774	0,3%	517.678	11,0%	0	0,0%	-517.678	
09.04.-Outros bens de investimento			45	0,0%	0	0,0%	-45	
10.03 - Transferências de capital - Administração Pública				0,0%	236.741	2,7%	236.741	
11.02. Ativos Financeiros- Títulos a curto prazo	2.499.057		1.824.018	38,6%		0,0%	-1.824.018	-100,0%
13.01. Outras receitas de capital-- outras				0,0%	10.451	0,1%	10.451	
<b>Total de Receitas de Capital</b>	<b>3.094.668</b>	<b>44,6%</b>	<b>2.495.071</b>	<b>52,8%</b>	<b>247.192</b>	<b>2,8%</b>	<b>-2.247.879</b>	<b>-90,1%</b>
<b>Outras Receltas</b>				<b>0,0%</b>		<b>0,0%</b>		
16. 01. - Saldo da gerência anterior-Saldo orçamental	3.408.267	49,1%	670.309	14,2%	1.823.657	20,9%	1.153.348	172,1%
<b>Total Outras Receltas</b>	<b>3.408.267</b>	<b>49,1%</b>	<b>670.309</b>	<b>14,2%</b>	<b>1.823.657</b>	<b>20,9%</b>	<b>1.153.348</b>	<b>172,1%</b>
<b>Receitas Totais</b>	<b>6.937.821</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.727.388</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.717.454</b>	<b>100%</b>	<b>3.990.066</b>	<b>84,4%</b>

Da análise da evolução da receita nos últimos três anos, verifica-se que foi invertida a tendência de quebra registada em 2014-2013 (- € 2.210.433), tendo-se registado em 2015 um acréscimo no montante da receita no valor de € 3.990.066.

A variação positiva de receita de 84,4% ficou a dever-se sobretudo ao acréscimo da receita proveniente do princípio da onerosidade, e ainda, à integração do saldo de gerência anterior, que também foi substancialmente superior ao do ano de 2013.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

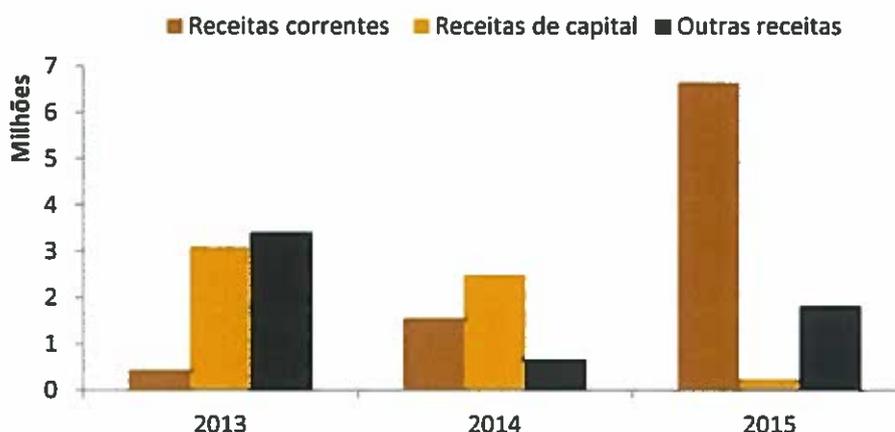
No que respeita às receitas de capital, observamos uma quebra consecutiva nos últimos dois anos, sendo que em 2015, o item financeiro 11.02. Ativos Financeiros- Títulos a curto prazo apresenta uma diminuição de - € 1.824.018, face a 2014, uma vez que foram reaplicadas todas as aplicações em CEDIC, dado que as transferências obtidas se revelaram suficientes para fazer face aos pagamentos aos serviços beneficiários.

Registe-se ainda a alteração dos procedimentos de registo da receita proveniente da venda de bens de investimento, anteriormente registado na rubrica 09, a qual passou a ser registada em transferências de capital (rubrica 10), nos termos da recomendação do Tribunal de Contas da Auditoria FRCP do março de 2014.<sup>5</sup>

Quanto às outras receitas, estas apresentam um acréscimo de € 1.153.348 face a 2014.

No gráfico 7 sobressai que as receitas correntes são as que detêm maior impacto na receita do triénio. Este grupo de receita contribui com €8.643.499, representando 42,4%, seguindo-se as outras receitas com € 5.902.242 (29,0%) e por último as receitas de capital com 28,6%.

Gráfico 7- Evolução da receita por agrupamentos - 2013 a 2015



#### 6.1.4. Despesa

Quanto à despesa, apresenta-se o quadro 19 com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 19 - Execução da Despesa

Despesas	Dotações Corrigidas	Compromissos assumidos	Despesas Paga				Compromissos por pagar	Taxa de Execução
			Valor	RAPS	Total	Peso		
<b>Despesas Correntes</b>								
04. - Transferências Correntes	889.045	834.088	768.817	5.720	763.097	22,5%	70.991	85,8%
06. - Outras despesas Correntes	88.226	65.551	65.551		65.551	1,9%		74,3%
<b>Total das Despesas de Correntes</b>	<b>977.271</b>	<b>899.639</b>	<b>834.368</b>	<b>5.720</b>	<b>828.648</b>	<b>24,4%</b>	<b>70.991</b>	<b>84,8%</b>
<b>Despesas de Capital</b>								
08. - Transferências de capital	8.407.493	4.281.207	2.568.569		2.568.569	75,6%	1.712.639	30,6%
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>8.407.493</b>	<b>4.281.207</b>	<b>2.568.569</b>		<b>2.568.569</b>	<b>75,6%</b>	<b>1.712.639</b>	<b>30,6%</b>
<b>Total Atividade -236</b>	<b>9.384.764</b>	<b>5.180.846</b>	<b>3.402.936</b>	<b>5.720</b>	<b>3.397.216</b>	<b>100%</b>	<b>1.783.630</b>	<b>36,2%</b>
06.03-Reservas	240.635							
<b>Total Atividade - 957</b>	<b>240.635</b>							
<b>Total</b>	<b>9.625.399</b>	<b>5.180.846</b>	<b>3.402.936</b>	<b>5.720</b>	<b>3.397.216</b>	<b>100%</b>	<b>1.783.630</b>	<b>35,3%</b>

<sup>5</sup> Recomendação nº 16 Relatório da Auditoria à Atividade do FRCP (Processo n.º13/2013 – AUDIT)

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

Da análise do quadro verifica-se que a despesa realizada em 2015 ascendeu a € 3.397.216, a que corresponde uma taxa de execução de 35,3% face à dotação corrigida, sendo € 828.648 de natureza corrente e € 2.568.569 de capital.

Em termos de estrutura salienta-se que a despesa corrente contribuiu apenas com 24,4% em relação ao total da despesa, sendo a componente de capital a que evidencia maior peso com 75,6%. Este resultado resulta do facto do valor médio das operações financiadas através de transferências de capital ser superior às correntes.

A despesa corrente paga foi de € 828.648, correspondendo a 92,1% dos compromissos assumidos no valor de € 899.639. Constata-se uma diferença de compromissos por pagar de € 70.991 motivada por não se ter verificado execução física e financeira relativamente ao contrato de financiamento n.º 04/2015 no valor de € 28.601 e o remanescente corresponde à parte não executada do contrato n.º 3/2015, ambos celebrados com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

Da despesa corrente paga salientam-se as transferências correntes com € 763.097, resultantes dos pagamentos efetuados aos serviços beneficiários no âmbito da assinatura de 10 contratos de financiamentos celebrados. O remanescente, no valor de € 65.551, refere-se ao imposto retido na fonte pelo IGCP e respeitante a aplicações financeiras em CEDIC.

Ainda no que respeita às transferências correntes efetuadas assinala-se uma reposição abatida ao pagamento (RAP) no montante de € 5.720, respeitante à verba devolvida pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte correspondente ao valor do desembolso inicial efetuado no momento da assinatura do contrato de financiamento n.º 4/2015, por não se ter verificado execução física da empreitada.

Os compromissos assumidos de capital ascenderam a € 4.281.207, sendo € 4.062.489 de 2015 e € 218.718 de anos anteriores. A despesa paga de capital foi de € 2.568.569 e representa uma taxa de execução de 60% face aos compromissos de capitais assumidos, reporta-se exclusivamente às transferências de capital decorrentes de 11 contratos de financiamento.

Os compromissos de capital por pagar totalizam € 1.712.639, e respeitam aos contratos de financiamento 21/2015 celebrado com a Direção-Geral do Património Cultural, 19/2015 celebrado com a Direção Regional de Cultura do Norte e 24/2015 celebrado com a Autoridade Tributária e Aduaneira. O remanescente está associado aos contratos de financiamento com encargos plurianuais 10/2015 e 23/2015 celebrados com a Direção-Geral do Património Cultural, 13/2015 celebrado com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e 14/2014 celebrado com a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

As transferências concedidas em 2015 situaram-se nos 3.331.666 euros e representam 98% da despesa paga, envolvendo 21 contratos de financiamento. Em termos de estrutura da despesa verifica-se que o volume de transferências de capital para os serviços beneficiários foi substancialmente superior às transferências correntes, apresentando um peso 75,5% e 22,5% face ao total da despesa, respetivamente.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

### 6.1.5 - Evolução da Despesa

Para melhor se visualizar a evolução da despesa no último triénio, apresenta-se o quadro seguinte:

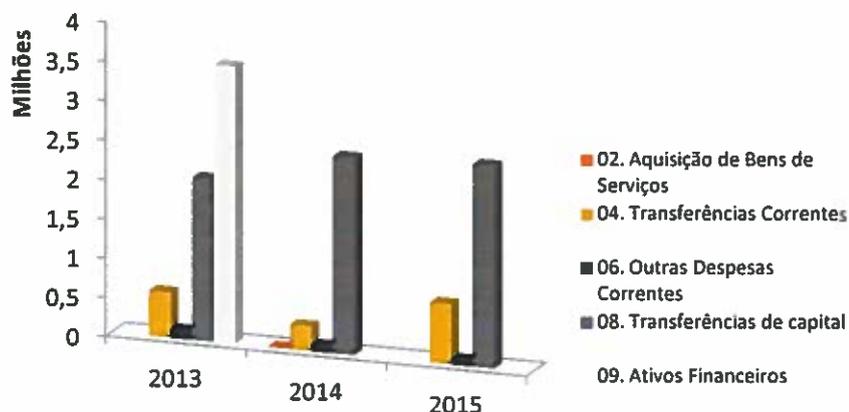
**Quadro 20 – Evolução da despesa 2013-2015**

Designação	Despesas Pagas 2013		Despesas Pagas 2014		Despesas Pagas 2015		Variação 2015-2014	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
<b>Despesas Correntes</b>								
02. Aquisição de Bens de Serviços			8.582		0,0%		-8.582	
04. Transferências Correntes	574.962	9,2%	312.023	10,7%	763.097	22,5%	451.074	144,6%
06. Outras Despesas Correntes	108.722	1,7%	82.155	2,8%	65.551	1,9%	-16.604	-20,2%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>683.684</b>	<b>10,9%</b>	<b>402.760</b>	<b>13,9%</b>	<b>828.648</b>	<b>24,4%</b>	<b>425.888</b>	<b>105,7%</b>
<b>Despesas de Capital</b>								
07. Aquisição de bens de capital								
08. Transferências de capital	2.064.156	32,9%	2.500.971	86,1%	2.568.569	75,6%	67.597	2,7%
09. Ativos Financeiros	3.519.672	56,2%						
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>5.583.828</b>	<b>89,1%</b>	<b>2.500.971</b>	<b>86,1%</b>	<b>2.568.569</b>	<b>75,6%</b>	<b>67.597</b>	<b>2,7%</b>
<b>Despesas Totais</b>	<b>6.267.512</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.903.731</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.397.216</b>	<b>100,0%</b>	<b>493.485</b>	<b>17,0%</b>

Atendendo à evolução despesa nos últimos 3 anos, verifica-se que se registou um aumento de 17% na despesa total de 2015 face a 2014, contrariamente ao que tinha acontecido em 2014 que tinha registado uma quebra na despesa bastante significativa face a 2013. Tal situação deveu-se essencialmente à aplicação em 2013 do saldo de gerência de 2012 em ativos financeiros - aplicações financeiras de curto prazo CEDIC.

A variação positiva da despesa total em 2015 ficou a dever-se ao acréscimo nas transferências de capital (2,7%) e transferências correntes (144,6%), parcialmente anulado pela redução na rubrica de outras despesas, que contempla o imposto retido na fonte pelo IGCP respeitante a aplicações financeiras em CEDIC.

**Gráfico 8- Evolução da despesa - 2013 a 2015**



Nos dois últimos anos é patente o aumento das transferências concedidas, que em 2015 atingiram o montante de € 3.331.665,74, o que representa um acréscimo de € 518.671,05 face a 2014, refletindo assim o crescimento do volume de financiamento concedido pelo Fundo aos serviços beneficiários para a realização das operações de recuperação e conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

## 6.2- Análise dos fluxos de caixa

O mapa de Fluxos de Caixa caracteriza os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental de acordo com a classificação económica, correntes e de capital. Nele apresentam-se também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

Quadro 21 - Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior			Despesas		
520 - Saldos de RP transitados	1.823.656,92	<b>1.823.656,92</b>	510- Receitas próprias do ano		<b>3.397.216,34</b>
Execução Orçamental			Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com transição de saldos		
De receitas próprias			<b>Correntes</b>	828.647,50	
510- Receita própria do ano			<b>Capital</b>	2.568.568,84	
Na posse do Serviço			Saldo para a gerência Seguinte		<b>5.320.237,63</b>
Receitas		<b>6.893.797,05</b>	Execução Orçamental		
Receitas Próprias			De receitas próprias		
Correntes	6.646.605,03		Na posse do serviço		
Capital	247.192,02		510 - Receita própria do ano	3.496.580,71	
			520 - Saldos de RP transitados	1.823.656,92	
<b>Total</b>		<b>8.717.453,97</b>	<b>Total</b>		<b>8.717.453,97</b>

Da análise dos fluxos de caixa observa-se que o saldo de gerência anterior foi de €1.823.656,92 e o saldo para a gerência seguinte ascendeu ao montante de € 5.320.237,63. Comparativamente, com o ano de 2014, este saldo registou um acréscimo no montante de € 3.496.580,71, esse fato deveu-se essencialmente, conforme já mencionado, ao saldo da receita efetiva face à despesa realizada, a que acresce o saldo de gerência de 2014 que permanece na conta que o Fundo tem junto do IGCP, em virtude de o despacho de autorização para aplicação em ativos financeiros não ter sido entretanto obtido.

A receita corrente atingiu o montante de € 6.646.605,03, sendo que a maioria, no montante € 6.277.645 é proveniente do princípio da onerosidade, dos juros de aplicações financeiras de CEDIC (€ 262.202,37), e o remanescente no montante de € 106.757,82 referente às cedências de utilização de imóveis de propriedade do Estado.

Quanto à receita de capital no montante € 247.192,02, sendo que € 236.740,53 resultaram da afetação da receita proveniente de alienações dos imóveis do Estado e o restante no valor de € 10.451,49 foi referente a outras receitas de capital.

A despesa atingiu o montante de € 3.397.216,34 sendo que € 3.331.665,74 reporta aos pagamentos efetuados no âmbito dos contratos financiamento celebrados entre o Fundo e os diversos beneficiários e o remanescente no montante de € 65.550,60 refere-se ao imposto retido na fonte pelo IGCP pertencente às aplicações financeiras em CEDIC.

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

Verificamos assim que para cumprir o seu objetivo de financiamento, a fundo perdido, de operações de reabilitação e de conservação dos imóveis do Estado a receita gerada em 2015 foi suficiente para fazer face à despesa decorrente dos pagamentos efetuados no âmbito dos contratos financiamento celebrados, não sendo necessário, o reembolso de aplicações em CEDIC conforme sucedeu em anos anteriores.

Apresenta-se, a seguir, o mapa de fluxos de caixa atenta a recomendação do Tribunal de Contas nº 5<sup>6</sup>, no seu relatório de auditoria de março de 2014, ao mencionar que, em saldo, deveria constar o total das disponibilidades, ou seja, o valor dos depósitos bancários e o valor aplicado em CEDIC

Para o efeito, foi também solicitada a colaboração da ESPAP, cuja solução apontada como possível, seria efetuar processos de receita, de forma a reverter os processos de despesa já efetuados, no montante dos CEDIC. Esta solução iria contrariar o procedimento de contabilização dos ativos financeiros da DGO, que determina que a renovação de aplicações financeiras vencidas e renovadas no mesmo ano económico não deve ser relevada orçamentalmente, apenas os rendimentos por ela gerados.

**Quadro 22 - Fluxos de Caixa**  
(de acordo com auditoria do Tribunal de Contas)

Débito	Valor
Saldo de Abertura	41.651.991,20
520 - Saldos de RP transitados	1.823.656,92
CEDIC	39.828.334,28
<b>Recebimentos</b>	<b>6.893.797,05</b>
Receita própria do ano	
Correntes	6.646.605,03
Transferências Obtidas	6.384.402,66
Juro Bruto de 01.01 a 31/12/2015	262.202,37
Capital	247.192,02
Transferências Obtidas	247.192,02
<b>Total do Débito</b>	<b>48.545.788,25</b>
Crédito	
<b>Pagamentos</b>	<b>3.397.216,34</b>
Receita própria do ano	
Correntes	828.647,50
Transferências Concedidas	763.096,90
Imposto retido na fonte	65.550,60
Capital	2.568.568,84
Transferências Concedidas	2.500.971,44
<b>Disponibilidades/Saldo de encerramento</b>	<b>45.148.571,91</b>
Saldo para a gerência seguinte	5.320.237,63
510 -Receita própria do ano	3.496.580,71
520 - Saldos de RP transitados	1.823.656,92
CEDIC	39.828.334,28
<b>Total do Crédito</b>	<b>48.545.788,25</b>

<sup>6</sup> “Assegure a consistência do saldo de disponibilidades nos documentos de prestação de contas, designadamente não relevando, como despesa (receita) orçamental, a subscrição (amortização) de aplicações financeiras passíveis de mobilização quase imediata”.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

**6.3. Análise da situação Económica e Financeira**

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente financeira, de custos e proveitos, ativos e passivos.

As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Fundo, reportada ao final do exercício económico.

**6.3.1 – Balanço**

Em termos de Balanço, este representa a situação patrimonial do Fundo no fim do exercício, expressando a relação existente entre o ativo, o passivo e os fundos próprios.

**Quadro 22 – Balanço (2015-2014)**

Contas do Balanço		2015		2014		Variação	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Ativo</b>							
153	Títulos da dívida pública	39.828.334,28	85,1%	39.828.334,28	93,9%		0,0%
13	Conta no Tesouro	5.320.237,63	11,4%	1.823.656,92	4,3%	3.496.580,71	191,7%
271	Acréscimos de proveitos	1.638.753,79	3,5%	782.772,15	1,8%	855.981,64	109,4%
<b>Total do Ativo</b>		<b>46.787.325,70</b>	<b>100,0%</b>	<b>42.434.763,35</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.352.562,35</b>	<b>10,3%</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>							
<b>Fundos Próprios:</b>							
59	Resultados Transitados	42.416.616,25	90,7%	42.636.568,98	100,5%	-219.952,73	-0,5%
88	Resultados Líquidos	4.360.989,69	9,3%	-219.952,73	-0,5%	4.580.942,42	2082,7%
<b>Total dos fundos próprios</b>		<b>46.777.605,94</b>	<b>100,0%</b>	<b>42.416.616,25</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.360.989,69</b>	<b>10,3%</b>
<b>Passivo:</b>							
273	Acréscimos de custos	9.369,16	96,4%	17.703,90	97,6%	-8.334,74	-47,1%
274	Proveitos diferidos	350,60	3,6%	443,20	2,4%	-92,60	-20,9%
<b>Total do passivo</b>		<b>9.719,76</b>	<b>100,0%</b>	<b>18.147,10</b>	<b>100,0%</b>	<b>-8.427,34</b>	<b>-46,4%</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>		<b>46.787.325,70</b>		<b>42.434.763,35</b>		<b>4.352.562,35</b>	<b>10,3%</b>

Em 2015 o Fundo atingiu um ativo no montante de € 46.787.325,70, registando-se um acréscimo de € 4.352.562,35, a que corresponde uma variação de 10,3% face a 2014.

A estrutura do Ativo evidencia que os títulos da dívida pública continuam a ter um peso determinante no total do Ativo sendo que, em 2015, representam cerca de 85,1%, diminuindo ligeiramente face a 2014 (93,9%).

Em títulos da dívida pública encontram-se registadas todas as aplicações em CEDIC efetuadas pelo Fundo e que, em 31/12/2015, ainda não se encontravam vencidas, correspondendo aos valores indicados no quadro 23, cujo montante não registou variação relativamente a 2014.

A conta acréscimos de proveitos atingiu o montante de € 1.638.753,79, engloba o juro ilíquido de € 37.476,64 relativo a CEDIC de 2015 a vencer em 2016, bem como as transferências obtidas no montante de € 1.601.277,15, correspondendo ao produto da alienação de imóveis do Estado atribuída ao Fundo por despacho de afetação nos anos de 2011, 2012, 2014 e 2015 (€ 191.496,15), da cedência de imóveis (€ 8.220,00) e ainda a contrapartida recebida da aplicação do princípio da onerosidade (€ 1.401.561,00), conforme se pode observar nos quadros n.º 23 e 24.



## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

## Quadro 23 - Acréscimos de proveitos- Juros de CEDIC

Montante aplicado	Data de início da aplicação	Data de vencimento	Taxa (%)	Montante líquido a receber na data do vencimento	Juro líquido na data do vencimento	IRC na data do vencimento	Juro líquido
797.000,00	28-01-2015	31-12-2015	0,480	799.685,89	2.685,89	895,30	3.581,19
1.009.170,00	02-03-2015	31-12-2015	0,440	1.011.982,22	2.812,22	937,41	3.749,63
858.837,98	27-03-2015	31-12-2015	0,400	860.834,78	1.996,80	665,60	2.662,40
2.316.309,02	03-06-2015	31-12-2015	0,360	2.319.974,58	3.665,56	1.221,85	4.887,41
2.901.324,93	30-06-2015	31-12-2015	0,360	2.905.328,76	4.003,83	1.334,61	5.338,44
5.937.032,00	04-08-2015	31-12-2015	0,420	5.944.772,41	7.740,41	2.580,14	10.320,55
706.577,59	01-10-2015	31-12-2015	0,340	707.033,04	455,45	151,82	607,27
3.408.266,79	20-10-2015	31-12-2015	0,330	3.409.953,88	1.687,09	562,36	2.249,45
1.103.879,22	03-11-2015	31-12-2015	0,310	1.104.292,71	413,49	137,83	551,32
14.943.321,09	03-12-2015	31-12-2015	0,300	14.945.936,17	2.615,08	871,69	3.486,77
1.535.047,23	30-12-2015	31-12-2015	0,260	1.535.055,54	8,31	2,77	11,08
4.311.568,43	30-12-2015	31-12-2015	0,260	4.311.591,78	23,35	7,78	31,13
<b>39.828.334,28</b>					<b>28.107,48</b>	<b>9.369,16</b>	<b>37.476,64</b>

## Quadro 24- Acréscimos de proveitos-Princípio onerosidade, Cedências e Alienação de imóveis

Imóvel	Data do Despacho		Valor em dívida a 31-12-2015
	N.º	Data	
Ex- Escola Básica 2/3- São Pedro do Sul	1862/11-SETF	30-11-2011	5.700,39
Alienação de dois prédios ao Município de Paços de Ferreira	828/14-SET	23-12-2010 11-10-2011 12-05-2014	42.414,10
Edifício ex-SLAT da Covilhã- Turismo Serra da Estrela	15/12-SETF	04-01-2012	1.492,82
Instalações da antiga Estação dos Caminhos de Ferro do Seixal - Cruz Vermelha Portuguesa	222/12-SETF	04-03-2012	4.368,64
"Antigas instalações fabris da empresa-António Pereira e Vidal e Filhos "- Absolut	226/12-SETF	04-03-2012	6.783,35
Prédio urbano sito junto à Estação dos Caminhos de Ferro dos Barros, S. Mamede de o Sádão, Grândola - Silvestrand, Lda.	2317/12-SET	26-12-2012	523,53
Prédio urbano sito na Calçada S. Lourenço, n.º 2-4, Lisboa - Qualiespaço-Investimento Imobiliário, Lda.	Subdiretor-Geral	22-12-2014	8.195,45
Frações G na Rua dos Fanqueiros, 90 a 100, Lisboa - Rui Pedro Correia da Silva	Subdiretor-Geral	22-12-2014	14.582,97
Fração E na Av. António Augusto de Aguiar, 32 a 32C, Lisboa a Isabel Martins	Subdiretor-Geral	22-12-2014	5.000,00
Fração H do prédio sito R. Santa Catarina, 520, Porto -Ana Almeida	828/14-SET	12-05-2014	2.842,61
Fração F do prédio sito R. Santa Catarina, 520, Porto - Ana Almeida	828/14-SET	12-05-2014	2.842,61
Fração E do prédio sito R. Santa Catarina, 520, Porto - Ana Almeida	828/14-SET	12-05-2014	3.490,52
Prédio urbano Lugar de cabanas, Valpaços - Carlos Alberto Teixeira de Sousa	828/14-SET	12-05-2014	3.016,22
Edifícios destinados a atividade industrial sito na Rua da Ponte, Santo Tirso- Plusgreen	673/15-SET	07-05-2015	34.759,44
Fração F, da Av. António Augusto de Aguiar, 32A 32C, 4º andar Lisboa	673/15-SET	07-05-2015	37.316,49
Prédio misto sito na quinta dos almarjões em Santa Cruz - Dimensão Restelo	673/15-SET	07-05-2015	18.167,01
Cedência de parcela de terreno no Centro Desportivo Nacional do Jamor - Federação Portuguesa de Futebol	2109/15-SEATF	30-12-2015	2.100,00
Cedência de utilização dos Pisos 1 a 5 prédio sito na Rua de São Julião, 63 a 63-A tornejando para Rua da Prata 36 e 38 - Estrutura de Missão do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020	1387/2015-SET	14-09-2015	6.120,00
Princípio de onerosidade referente a 2014	674/15-SET	07-05-2015	264.555,00
Princípio de onerosidade referente a 2015	675/15-SET	07-05-2015	1.137.006,00
<b>TOTAL</b>			<b>1.601.277,15</b>

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

Os Fundos próprios em 2015 registaram um aumento de € 4.360.989,69 face a 2014, devido ao acréscimo no resultado líquido de € 4.580.942,42.

O passivo registou uma quebra de € -8.427,34 relativamente ao exercício de 2014. Esta variação resultou essencialmente da redução do imposto retido na fonte pelo IGCP relativo a CEDIC de 2015 e vencidas em 2016 e, ainda, da conta proveitos diferidos, que integra a receita proveniente de cedências de utilização sobre imóveis da propriedade do Estado, de janeiro e fevereiro de 2016 no montante de € 350,60, cujo recebimento se verificou em dezembro de 2015.

## FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

## 6.3.2 – Demonstração de Resultados

A análise do desempenho do Fundo numa ótica de custos e proveitos é proporcionada pela Demonstração de Resultados, por natureza, evidenciando a avaliação do resultado do exercício económico e o modo como foi gerado.

Quadro 25 – Demonstração de resultados (2015-2014)

Contas da Demonstração de Resultados		2015		2014		Variações
		Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Custos e Perdas</b>						
62236	Fornecimentos e Serviços/trabalhos especializados			8.582,00	0,3%	-8.582,00
631	Transferências Correntes Concedidos	3.331.665,74	98,3%	2.812.994,69	96,9%	518.671,05
651	IRC do ano	47.846,70	1,4%	61.480,50	2,1%	-13.633,80
651	IRC do ano a vencer no ano seguinte	9.369,16	0,3%	17.703,90	0,6%	-8.334,74
	<b>Total dos Custos Perdas operacionais</b>	<b>3.388.881,60</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.900.761,09</b>	<b>99,9%</b>	<b>488.120,51</b>
697	Correções relativas a exercícios anteriores			1.496,25	0,1%	-1.496,25
	<b>Total dos Custos extraordinários</b>			<b>1.496,25</b>	<b>0,1%</b>	<b>-1.496,25</b>
<b>Total dos Custos Perdas</b>		<b>3.388.881,60</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.902.257,34</b>	<b>100,0%</b>	<b>486.624,26</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>						0,00
742	Transferências Correntes Obtidas					0,00
	Transferências /outros proveitos (alienações c/ despacho do ano e recebido nesse ano)	182.657,00	2,4%	612.286,35	22,8%	-429.629,35
	Transferências/outros proveitos (alienações c/ despacho do ano a receber em anos seguintes)	92.793,50	1,2%	63.870,95	2,4%	28.922,55
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade)	5.698.512,00	73,5%	1.091.442,66	40,7%	4.607.069,34
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade a receber no ano seguinte)	1.401.561,00	18,1%	579.132,84	21,6%	822.428,16
	Transferência/outros proveitos pagamento da compensação/mensal / anual	117.240,31	1,5%	18.789,17	0,7%	98.451,14
	<b>Total de Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>7.492.763,81</b>	<b>96,7%</b>	<b>2.365.521,97</b>	<b>88,2%</b>	<b>5.127.241,84</b>
781	Juros Obtidos					0,00
	Juro ilíquido do ano	191.386,74	2,5%	245.922,01	9,2%	-54.535,27
	Juro ilíquidos a receber no ano seguinte	37.476,64	0,5%	70.815,63	2,6%	-33.338,99
	<b>Total de Proveitos e Ganhos Financeiros</b>	<b>228.863,38</b>	<b>3,0%</b>	<b>316.737,64</b>	<b>11,8%</b>	<b>-87.874,26</b>
797	Correções relativas a exercícios anteriores	28.244,10	0,4%	45,00	0,0%	28.199,10
	<b>Total dos Proveitos e ganhos extraordinários</b>	<b>28.244,10</b>	<b>0,4%</b>	<b>45,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>28.199,10</b>
<b>Total de Proveitos e Ganhos</b>		<b>7.749.871,29</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.682.304,61</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.067.566,68</b>
<b>Resultados</b>						
81	<b>Resultados Operacionais</b>					
	Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	4.103.882,21		-535.239,12		4.639.121,33
82	<b>Resultados Financeiros</b>					
	Proveitos Financeiros	228.863,38		316.737,64		-87.874,26
83	<b>Resultados Correntes</b>					
	Resultados operacionais+Resultados Financeiros	4.332.745,59		-218.501,48		4.551.247,07
84	<b>Resultados Extraordinários</b>					
	Proveitos Extraordinários	28.244,10		-1.451,25		29.695,35
88	<b>Resultados Líquidos do Exercício</b>					
	Resultados Correntes ± resultados extraordinário	4.360.989,69		-219.952,73		4.580.942,42

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

Os proveitos globais gerados foram de € 7.749.871,29 enquanto os custos totais foram de € 3.388.881,60, gerando um Resultado Líquido do exercício de € 4.360.989,69.

Em termos de proveitos e ganhos verifica-se que os proveitos operacionais, que resultam da atividade corrente do Fundo, são os que apresentam mais relevância com 96,7% do total dos proveitos, seguindo-se os proveitos e ganhos financeiros com cerca de 3,0% e por último proveitos extraordinários com 0,4%.

Por comparação com os proveitos operacionais de 2014, verifica-se um aumento de € 5.127.241,84, resultante do acréscimo da receita proveniente da aplicação do princípio da onerosidade, e ainda da cedência/alienação de imóveis, atenta ao Despacho n.º 673/15, de 7 de maio, da então Secretária de Estado do Tesouro ao determinar a afetação ao Fundo de 10% da receita proveniente de operações imobiliárias realizadas sobre imóveis do estado.

Quanto aos proveitos financeiros/juros obtidos apresentaram uma quebra de € 87.874,26 em relação a 2014, justificada essencialmente pela descida verificada nas taxas de juro, o que implicou uma diminuição dos rendimentos das aplicações financeiras em CEDIC.

No que respeita aos custos operacionais sofreram um acréscimo no montante de € 488.120,51. Este comportamento resulta principalmente do aumento das transferências efetuadas para os serviços beneficiários no âmbito dos contratos de financiamento celebrados, dado que o imposto retido na fonte pelo IGCP e respeitante aos CEDIC apresentou um decréscimo de € 21.969.

Pela análise aos resultados operacionais, constata-se que os proveitos operacionais foram suficientes para suportar a despesa da mesma natureza, verificando-se ainda uma variação de € 4.639.121,33 face a 2014. Para esta evolução foi determinante o aumento da receita proveniente do princípio da onerosidade.

Situação semelhante acontece com os resultados correntes (somatório dos resultados operacionais mais os resultados financeiros) que registaram um acréscimo de € 4.551.247,07. Tal variação deveu-se igualmente ao aumento das transferências obtidas pelo Fundo, dado que os juros obtidos registaram uma quebra de € 87.874,26 face a 2014.

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL****7. Síntese conclusiva**

O ano de 2015 pode considerar-se como mais um ano de consolidação na prossecução dos objetivos estabelecidos, tendo-se verificado um avanço quer no processo de apreciação e aprovação de novas candidaturas submetidas ao Fundo quer na contratação. Com efeito, durante o ano foram celebrados 25 novos contratos de financiamento, permanecendo no final de 2015 um universo de 22 candidaturas por contratar.

Verificou-se também uma evolução positiva na execução financeira, tendo registado um acréscimo no volume de pagamentos aos serviços beneficiários que passou de 2.813 milhares de euros em 31 dezembro de 2014 para 3.397 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015. Porém, houve constrangimentos que obstaram a uma maior concretização das operações contratadas, designadamente os atrasos registados quer no lançamento dos procedimentos de contratação pública a incorporar na execução das empreitadas de obras quer na execução das obras envolvem encargos orçamentais em mais de um ano económico.

Ao nível da execução financeira constata-se que ainda persiste um significativo desfasamento relativamente aos montantes aprovados, situação esta que se deve essencialmente às restrições orçamentais decorrentes da conjuntura económica e financeira e que conduzem a que os serviços beneficiários não disponham de dotação para assegurar a parte não comparticipada pelo Fundo.

Em termos de recursos financeiros para a prossecução das atividades desenvolvidas, o orçamento inicial da receita para 2015 ascendeu a € 11.129.457, no entanto a receita cobrada foi de € 6.893.797.

Comparativamente a 2014 registou uma variação significativa de 309%, que ficou a dever-se essencialmente ao acréscimo da receita proveniente do princípio de onerosidade. Saliente-se que em 2015 não foi necessário recorrer à receita de ativos financeiros – CEDIC, dado que a receita efetiva foi suficiente para fazer face à despesa realizada.

No âmbito da análise das demonstrações financeiras, a análise do balanço evidência uma variação positiva de 4.352 milhões de euros. No que concerne ao ativo essa variação, ficou a dever-se essencialmente ao aumento do valor registado na conta do tesouro. Em relação aos fundos próprios e do passivo a variação foi influenciada pelo aumento do resultado líquido do exercício de 4.580 milhões de euros no ativo face a 2014.

Para o ano 2016 o Fundo tenciona continuar a dar prioridade ao aumento da execução financeira, e dessa forma mobilizar esforços significativos para prosseguir com o financiamento das operações necessárias à reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado em/para utilização por parte dos serviços e organismos públicos, contribuindo desse modo para melhorar a utilidade e funcionalidade desse património.

Para o efeito, pretende-se prosseguir com a divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis ou partes de imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.

É também objetivo dar continuidade a um acompanhamento mais efetivo das candidaturas aprovadas e ainda não contratadas ou que não tenham execução, tendo em vista a respetiva concretização ou o eventual cancelamento/desistência das mesmas ou eliminação dos

**FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**

compromissos financeiros quando não se preveja a sua execução, com consequente libertação de recursos para reafectação a outras candidaturas.

No que respeita à divulgação de informação relativa ao Fundo, conforme previsto no plano de atividades, foi inserida informação no site da DGTF, nomeadamente legislação aplicável ao Fundo e Relatórios de Gestão e Contas.

Pretende-se ainda concluir o processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, visando a normalização do conjunto de documentos que devem ser submetidos relativamente a cada candidatura e a otimização dos tempos de verificação e apreciação das mesmas, bem como permitir aos serviços beneficiários a consulta e interação fácil em qualquer momento e em qualquer fase do ciclo das candidaturas. Esta funcionalidade encontra-se pendente do projeto em desenvolvimento pela DGTF e que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.

Pretende-se também rever alguns aspetos do regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, de forma a contemplar a alteração introduzida ao objeto e finalidade do Fundo pela Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013 e que conferiu nova redação aos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro. A referida revisão visa ainda adequar o enquadramento legal em vigor ao que tem sido a atividade efetiva do Fundo, alterando e agilizando procedimentos, com vista a ultrapassar as dificuldades sentidas pelos serviços beneficiários e unidades de gestão patrimonial.

Em, 27 de abril de 2016

A COMISSÃO DIRETIVA



Elsa Roncon Santos  
(Presidente)



Bernardo Alabaça  
(Vogal)